



**Governo do Estado de São Paulo**  
**Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo**  
**FF/DAF/NCP/Setor de Licitações e Credenciamentos**

**EDITAL**

**Nº do Processo:** 262.00002881/2026-88

**Interessado:** Fundação Florestal

**Assunto:** Transporte marítimo/fluvial

**PREGÃO ELETRÔNICO:** 93011/2026

**CONTRATANTE (UASG):** 261101 – Fundação Florestal

**OBJETO:** Registro de preços para contratação(ões) futura(s) de serviços de transporte fluvial e marítimo, com fornecimento de embarcação e tripulação, destinados a atender às diversas demandas operacionais da Fundação Florestal, tais como atividades de monitoramento, pesquisa científica, transporte de materiais e equipamentos, ações de educação ambiental, interação comunitária, vistorias técnicas e atendimento a emergências em áreas protegidas, nos termos deste Edital de Licitação e seus Anexos

**VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO:** R\$ 5.201.466,75

**DATA DA SESSÃO PÚBLICA:** Dia 11/06/2026 às 09 h (horário de Brasília)

**Critério de Julgamento:** menor preço

**Modo de disputa:** aberto e fechado

**PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS:** NÃO

**FORMA DE PAGAMENTO:** O pagamento será efetuado através do Banco do Brasil - Decreto Estadual nº 62.867/2017

**Sumário**

- [1. DO OBJETO. 3](#)
- [2. DO REGISTRO DE PREÇOS 3](#)
- [3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO. 4](#)
- [4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO. 6](#)
- [5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA. 7](#)
- [6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES. 9](#)
- [7. DA FASE DE JULGAMENTO. 13](#)
- [8. DA FASE DE HABILITAÇÃO. 17](#)
- [9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS. 19](#)
- [10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA. 20](#)
- [11. DOS RECURSOS. 21](#)
- [12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES. 21](#)
- [13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO. 25](#)
- [14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS. 25](#)

**FUNDAÇÃO PARA CONSERVAÇÃO PRODUÇÃO FLORESTAL DO ESTADO SÃO PAULO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 93011/2026**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 262.00002881/2026-88**

Torna-se público que a Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo, por meio do Setor de Licitações e Compras, sediada na Avenida Professor Hermann Junior, 345, Alto de Pinheiros – São Paulo SP, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, e demais normas da legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos, observando-se as subdivisões subsequentes na forma de itens que compõem este instrumento.

**1. DO OBJETO**

1.1. O objeto da presente licitação é o registro de preços para contratação(ões) futura(s) de serviços de transporte fluvial e marítimo, com fornecimento de embarcação e tripulação, destinados a atender às diversas demandas operacionais da Fundação Florestal, tais como atividades de monitoramento, pesquisa científica, transporte de materiais e equipamentos, ações de educação ambiental, interação comunitária, vistorias técnicas e atendimento a emergências em áreas protegidas, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1.2. A licitação será dividida em grupos, formados por um ou mais itens, conforme definido no Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem.

**2. DO REGISTRO DE PREÇOS**

2.1. Trata-se de licitação para registro de preços, em que as regras referentes aos órgãos ou entidades gerenciador e participante(s), bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços apresentada como Anexo deste Edital.

### 3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que atuarem em atividade compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados na subdivisão anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.3. A não observância do disposto na subdivisão anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.4. Nos limites previstos no art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e na [Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#), serão observadas, caso aplicáveis, as regras de tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, bem como para as cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da [Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007](#), e no art. 16 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, para o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual – MEI.

3.5. Em relação às regras aplicáveis à presente licitação concernentes a tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, observa-se que:

3.5.1. Para os grupos de 1 a 9, a participação é ampla, sendo aplicáveis as regras de tratamento favorecido constantes dos arts. 42 a 45 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), observado o disposto no § 2º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) Anexo(s);

3.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

3.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

3.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;

3.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.9. aquele que não tenha representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

3.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.7.1. A vedação de participação de agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante de que trata a subdivisão acima estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.8. O impedimento decorrente de imposição de sanção de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. No que concerne aos itens 3.6.2 e 3.6.3, equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10. Será permitida a participação de sociedades cooperativas nesta licitação, nos termos do art. 16 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.11. Não poderão disputar esta licitação pessoas jurídicas reunidas em consórcio.

### 4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como que a proposta apresentada compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na [Constituição Federal](#), nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal](#);

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa que atenda ao disposto no art. 34 da [Lei nº 11.488, de 2007](#) (se admitida a participação de cooperativa no item 3.10[ESP12]) deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#), excetuada a hipótese de se verificar uma das exceções dos §§ 1º ao 3º do art. 4º supracitado, conforme especificado nos itens 4.4.1 e 4.4.2 subsequentes.

4.4.1. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#), conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

4.4.2. Não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas (se admitida a participação de cooperativas no item 3.10[ESP13]) que, no ano-calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.4.3. Na hipótese de se verificar uma das exceções especificadas no item 4.4.1 ou no item 4.4.2, ou de não cumprimento de outro requisito legal para tratamento favorecido, o licitante deverá assinalar o campo “não”, por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

4.4.4. Na hipótese de item para participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

4.4.5. Na hipótese de itens em que a participação não seja exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada (se admitida a participação de cooperativa no item 3.10).

4.4.6. O licitante organizado em cooperativa (se admitida a participação de cooperativa no item 3.10) deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.5. A falsidade da declaração de que tratam os itens 4.3 e 4.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

4.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.9. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.10. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## 5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor unitário e total do item;

5.1.2. Tipo de Embarcação, Tamanho, capacidade e motorização da embarcação;

5.1.3. Quantidade cotada, devendo respeitar o mínimo especificado na documentação que constitui Anexo deste Edital.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1. Nesta licitação para registro de preços, o licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para futura contratação, nos termos da documentação que constitui Anexo deste Edital.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais que sejam estabelecidos na legislação vigente.

5.6. As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.

5.6.1. Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita na subdivisão acima deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, caput, inc. II, e § 1º, inc. II, da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.

5.6.2. Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata a subdivisão acima, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inc. I, da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe a documentação que integra este Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

5.10. O descumprimento das regras supramencionadas por parte do Contratado pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inc. IX, da Constituição Federal](#), e do art. 33, inc. X, da [Constituição do Estado de São Paulo](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e do Contratado ao pagamento de indenização pelos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## 6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser conforme tabela abaixo:

GRUPO 1	
Item	Intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances
1	R\$ 20,00 (vinte reais)
2	R\$ 20,00 (vinte reais)
3	R\$ 20,00 (vinte reais)

GRUPO 2	
Item	Intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances
4	R\$ 20,00 (vinte reais)
5	R\$ 20,00 (vinte reais)

GRUPO 3	
Item	Intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances
6	R\$ 20,00 (vinte reais)

GRUPO 3	
7	R\$ 20,00 (vinte reais)
8	R\$ 20,00 (vinte reais)

GRUPO 4	
Item	Intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances
9	R\$ 20,00 (vinte reais)
10	R\$ 20,00 (vinte reais)
11	R\$ 20,00 (vinte reais)

GRUPO 5	
Item	Intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances
12	R\$ 20,00 (vinte reais)
13	R\$ 20,00 (vinte reais)
14	R\$ 20,00 (vinte reais)

ITENS	
Item	Intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances
15	R\$ 20,00 (vinte reais)
16	R\$ 20,00 (vinte reais)
17	R\$ 50,00 (cinquenta reais)
18	R\$ 50,00 (cinquenta reais)

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, definido no início deste Edital.

6.11. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto e fechado", segundo o qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 (quinze) minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.11.2. Encerrado o prazo previsto na subdivisão acima, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.11.3. No procedimento de que trata a subdivisão anterior, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.11.4. Não havendo pelo menos 3 (três) ofertas nas condições definidas nas duas subdivisões anteriores, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de 3 (três), oferecer um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nas subdivisões anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. Em relação à hipótese de itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§ 1º e 2º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#). O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

6.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.18.2. A melhor classificada nos termos da subdivisão acima terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido na subdivisão acima.

6.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nas subdivisões anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.18.5. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 44 e 45 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#), conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado (se adotado esse modo de disputa no início deste Edital e no item 6.11).

6.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, os critérios de desempate serão aqueles previstos no caput do [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

6.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na [Lei nº 14.133, de 2021](#), conforme regulamento;

6.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, nos termos do § 1º do art. 60 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;

6.19.2.2. empresas brasileiras;

6.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

6.19.3. Caso persista o empate após obedecido o disposto no caput e no § 1º do art. 60 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o desempate ocorrerá por sorteio, a ser realizado em local, data e horário que serão divulgados por meio de mensagem no sistema, sendo facultada a presença a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.19.4. Será observado o disposto no § 2º do art. 60 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e no inciso III do art. 41 c/c o inciso I do art. 58 da [Lei Complementar nº 225, de 2026](#), quando for o caso.

6.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.20.1. Neste certame para registro de preços, tratando-se de licitação por grupo(s) de itens:

6.20.1.1. serão observados como critério de aceitabilidade de preços unitários máximos:

GRUPO 1 CANANÉIA	
Item	Preços unitários máximos
1	R\$ 4.650,00
2	R\$ 3.068,00
3	R\$ 5.232,00

GRUPO 2 ITANHAÉM	
Item	Preços unitários máximos
4	R\$ 6.210,00
5	R\$ 3.020,00

GRUPO 3 BERTIOGA /GUARUJÁ /CUBATÃO /SANTOS	
Item	Preços unitários máximos
6	R\$ 4.212,50
7	R\$ 3.530,00
8	R\$ 5.017,00

GRUPO 4 ILHABELA / SÃO SEBASTIÃO / CARAGUATATUBA	
Item	Preços unitários máximos
9	R\$ 6.600,00
10	R\$ 3.850,00
11	R\$ 8.020,00

GRUPO 8 UBATUBA	
Item	Preços unitários máximos
12	R\$ 3.500,00
13	R\$ 3.237,50
14	R\$ 5.283,33

ITENS	
Item	Preços unitários máximos
15 Ilha Comprida e Iguape	R\$ 2.326,67
16 Praia Grande e São Vicente	R\$ 3.370,00
17 APAM Litoral Centro	R\$ 13.587,50
18 APAM Litoral Norte	R\$ 6.566,67

6.20.1.2. a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou entidade contratante.

6.20.2. Nesta licitação para registro de preços, não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de realização ou entrega, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

6.20.3. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do orçamento estimado definido pela Administração.

6.20.4. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.20.5. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.20.6. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, de documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.20.7. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante antes de findo o prazo, ou de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio da documentação exigida.

6.21. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## 7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021](#), na legislação correlata, e no item 3.6 deste Edital, especialmente quanto



à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- 7.1.1. Sicaf;
- 7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - Ceis, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);
- 7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas - Cnep, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);
- 7.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade - CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça ([http://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php));
- 7.1.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas - e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);
- 7.1.6. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>); e
- 7.1.7. Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal - Cadin, de que trata a [Lei nº 10.522, de 2002](#), no que concerne à medida prevista no inciso I, alíneas "b" e "c", do art. 13 da [Lei Complementar nº 225, de 2006](#).
- 7.2. Em relação a pessoa jurídica licitante, a consulta ao cadastro CNCIAI será realizada também quanto a seu sócio majoritário, por força do [art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).
- 7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).
- 7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 1º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).
- 7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 2º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).
- 7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 7.4. Caso atendidas as condições de participação, prosseguirá a análise da fase de julgamento da proposta classificada em primeiro lugar.
- 7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido a microempresas e empresas de pequeno porte, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5 e 4.4 deste Edital.
- 7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos.
- 7.6.1. Se a proposta vencedora for desclassificada, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 7.6.2. Encerrada a fase de julgamento, caso se verifique a conformidade da proposta de que trata o item 7.6, o pregoeiro passará à verificação da documentação de habilitação do licitante conforme disposições do item 8.
- 7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:
  - 7.7.1. contiver vícios insanáveis;
  - 7.7.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital ou em seus Anexos;
  - 7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado definido para a contratação;
  - 7.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
  - 7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus Anexos, desde que insanável.
- 7.8. Serão considerados indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
  - 7.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata a subdivisão acima, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
    - 7.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
    - 7.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
  - 7.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.
  - 7.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.
    - 7.10.1. O ajuste de que trata a subdivisão acima se limita ao saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.
    - 7.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
  - 7.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.

## 8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

- 8.1. Os documentos que serão exigidos para fins de habilitação estão especificados no Anexo I deste Edital, consistindo na documentação necessária e suficiente para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
  - 8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicaf.
  - 8.1.2. Nesta licitação, não haverá exigência de que o licitante ateste, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do objeto, ou que tem conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
  - 8.1.3. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 8.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.
- 8.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na [Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 8.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- 8.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 8.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na [Constituição Federal](#), nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 8.7. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, quanto aos documentos por ele abrangidos.
  - 8.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 4º, § 1º, e art. 6º, § 4º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).
- 8.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).
  - 8.8.1. A não observância do disposto na subdivisão acima poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, parágrafo único, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).
- 8.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
  - 8.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

- 8.10. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 8.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal especificados na documentação que integra este Edital como Anexo somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 8.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei nº 14.133, de 2021, art. 64):
- 8.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- 8.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.
- 8.12. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 8.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo definido no item 8.9.1.
- 8.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata a subdivisão anterior.
- 8.15. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, das empresas de pequeno porte e das cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007 (se admitida a participação de cooperativas no item 3.10) somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação, exceto na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3. 5.
- 8.15.1. Havendo alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, o licitante habilitado nas condições da subdivisão acima deverá comprovar sua regularização sob pena de decadência, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que o licitante for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.
- 8.16. A disciplina da adjudicação e da homologação encontra-se no item 14 deste Edital.

## **9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

- 9.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 02 (dois) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, conforme minuta que integra este Edital como Anexo, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.1.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:
- a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.
- 9.1.2. A ata de registro de preços será assinada com a utilização de meio eletrônico, nos termos da legislação aplicável, e disponibilizada no sistema de registro de preços.
- 9.2. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes na documentação que integra este Edital, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.
- 9.3. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 9.4. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a contratação pretendida, desde que devidamente justificada.
- 9.5. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas neste item 9, a Administração poderá convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, observado o disposto no item 10 deste Edital.

## **10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**

- 10.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:
- a) dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e
- b) dos licitantes que mantiverem sua proposta original.
- 10.2. As contratações respeitarão a ordem de classificação dos licitantes registrados na ata.
- 10.2.1. A apresentação de novas propostas dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário na forma da alínea "a" da subdivisão anterior não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.
- 10.2.2. Os licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão, na ordem de classificação, aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 10.3. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista na documentação que integra este Edital, poderá:
- a) convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;
- b) adjudicar e celebrar a contratação nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observados o disposto neste item 10 e a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

## **11. DOS RECURSOS**

- 11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- 11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;
- 11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.
- 11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 11.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados pelo meio eletrônico [licitacoes@fflorestal.sp.gov.br](mailto:licitacoes@fflorestal.sp.gov.br).

## **12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

- 12.1. As sanções administrativas serão aplicadas em conformidade com a PORTARIA NORMATIVA FF 017/2025, de 13 de outubro de 2025, publicada na edição de 14 de outubro de 2025 do Diário Oficial do Estado de São Paulo, a qual integra o edital de licitação como Anexo III

## **13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

- 13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, ou para solicitar

esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar a impugnação ou o pedido de esclarecimento até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo seguinte meio: [licitacoes@fflorestal.sp.gov.br](mailto:licitacoes@fflorestal.sp.gov.br).

13.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional, e, caso ocorra, será motivada nos autos do processo de licitação.

13.4. A decisão da impugnação ou a resposta ao pedido de esclarecimento serão divulgadas em sítio eletrônico oficial conforme especificado na subdivisão subsequente, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.4.1. As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimento serão juntadas aos autos do processo licitatório, ficarão disponíveis para consulta por qualquer interessado, e serão publicadas no sistema e no sítio eletrônico na Internet[ESP44] <https://compras.sp.gov.br/>, sem informar a identidade do responsável pela impugnação ou pelo pedido de esclarecimento.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

13.6. A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus Anexos.

13.7. A ausência de pedido de esclarecimento implicará na presunção de que os interessados não tiveram dúvidas a respeito da presente licitação, razão pela qual não serão admitidos questionamentos extemporâneos.

#### **14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

14.1. Exaurida a fase recursal, será observado o disposto no art. 71 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.1.1. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

14.2. A disciplina da formalização da contratação observará o disposto nas subdivisões deste item 14.2.

14.2.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, sua formalização ocorrerá mediante a emissão de nota de empenho, cuja minuta integra este Edital como Anexo.

14.2.1.1. Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo adjudicatário para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, a Administração verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

14.2.1.2. Se não for possível atualizar os documentos referidos na subdivisão acima por meio eletrônico hábil de informações, o adjudicatário será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em plena vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

14.2.1.3. Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do adjudicatário no "Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – Cadin estadual", de que trata a [Lei estadual nº 12.799, de 2008](#). Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da [Lei estadual nº 12.799, de 2008](#).

14.2.1.4. Com a finalidade de verificar se o licitante mantém as condições de participação no certame, serão novamente consultados, previamente à celebração da contratação, os cadastros especificados no item 7.1 deste Edital.

14.2.1.5. Constitui(em), igualmente, condição(ões) para a celebração da contratação:

14.2.1.5.1. a apresentação do(s) documento(s) que deva(m) ser exibido(s) pelo adjudicatário anteriormente ou por ocasião da celebração da contratação, caso exigida em disposição(ões) ou declaração(ões) específica(s) que esteja(m) prevista(s) neste instrumento ou na documentação que o integra como Anexo;

14.2.1.5.2. a indicação de gestor encarregado de representar o adjudicatário com exclusividade perante o Contratante, caso se trate de sociedade cooperativa (se admitida a participação de cooperativa no item 3.10);

14.2.2. O adjudicatário terá o prazo de 02 (dois) dias, contados a partir da data de sua convocação, para comparecer perante a Unidade Contratante para a retirada da nota de empenho ou, alternativamente, solicitar o seu envio por meio eletrônico, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.2.2.1. O prazo para formalização da contratação previsto na subdivisão anterior poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração;

14.2.2.2. O não comparecimento do fornecedor para retirar a nota de empenho ou, quando solicitado o seu envio por meio eletrônico, a ausência de envio de confirmação de recebimento dentro do prazo previsto na subdivisão anterior importará na recusa à contratação, sujeita à aplicação das sanções cabíveis.

14.2.2.3. A retirada da Nota de Empenho ou, quando solicitado o seu envio por meio eletrônico, o envio de confirmação de recebimento, implica a ciência e a concordância pelo adjudicatário:

14.2.2.3.1. de que referida Nota está substituindo o instrumento de contrato, aplicando-se à relação jurídica ali estabelecida as disposições da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

14.2.2.3.2. de que está vinculado às previsões contidas neste Edital e seus Anexos e à sua proposta;

14.2.2.3.3. de que se aplicam às omissões as disposições da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e normas regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições da [Lei nº 8.078, de 1990](#), e princípios gerais dos contratos;

14.2.2.3.4. de que as hipóteses de extinção da contratação são aquelas previstas nos [arts. 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021](#);

14.2.2.3.5. dos direitos da Administração previstos nos [arts. 137 a 139 da Lei nº 14.133, de 2021](#);

14.2.2.3.6. de que as condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência da contratação;

14.2.2.3.7. de que serão observados a [Lei nº 12.846, de 2013](#), e o [Decreto estadual nº 69.588, de 2025](#), e as vedações constantes do [Decreto estadual nº 68.829, de 2024](#), e dos artigos 14 e 48, parágrafo único, da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.2.3. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar manter as condições de habilitação e preencher as condições de contratação consignadas neste Edital, ou não assinar o contrato, ou recusar a contratação, a Administração, sem prejuízo da apuração do cabimento de aplicação de sanções e das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar os licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, para a celebração do contrato em conformidade com o procedimento e as condições estabelecidas no art. 90 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.2.4. Será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente em consequência de rescisão de contrato celebrado com fundamento nesta licitação, observados os critérios estabelecidos no § 7º do art. 90 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.3. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o 1º (primeiro) dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.

14.5. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.7. As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.8. Os casos omissos serão solucionados pelo pregoeiro.

14.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.11. No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

14.11.1. As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou



jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão.

14.11.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público, nos termos do inc. III do art. 12 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.12. Em relação à disciplina acerca de programas de integridade, será observado o disposto no [Decreto estadual nº 69.861, de 11 de setembro de 2025](#), e na Resolução CGE nº 4, de 27 de fevereiro de 2026, quando for o caso.

14.13. Caso seja vencedor da licitação, o licitante a ser contratado estará sujeito à assinatura de Termo de Ciência e de Notificação, quando prevista a sua apresentação em ato normativo editado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme a disciplina aplicável.

14.14. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico <https://fflorestal.sp.gov.br/editais/editais-delicitacao/editais-de-pregao-eletronico>.

14.15. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

14.16. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

14.16.1. ANEXO I - Termo de Referência;

14.16.1.1. Anexo I.1 – Estudo Técnico Preliminar;

14.16.2. ANEXO II – Minuta da Ordem de Serviços;

14.16.3. ANEXO III – Portaria Normativa FF 017/2025;

14.16.4. ANEXO IV – Modelo referente a planilha de proposta;

14.16.5. ANEXO V – Modelo(s) de Declaração(ões); e

14.16.6. ANEXO VI – Minuta de Ata de Registro de Preços.

São Paulo, na data da assinatura digital

**RODRIGO LEVKOVICZ**

Diretor Executivo

#### **ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**

Está disponíveis para download nos links abaixo:

<https://fflorestal.sp.gov.br/editais/editais-de-licitacao/editais-de-pregao-eletronico/> e

<https://www.gov.br/pncp/pt-br>

#### **ANEXO I.1 – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

Está disponível para download nos links abaixo:

<https://fflorestal.sp.gov.br/editais/editais-de-licitacao/editais-de-pregao-eletronico/> e

<https://www.gov.br/pncp/pt-br>

#### **ANEXO II - MINUTA DA ORDEM DE SERVIÇOS**

<b>PREGÃO 900XX/2026</b>		<b>ORDEM DE SERVIÇOS XX/2026</b>
<b>Processo SEI:</b>		
<b>Fornecedor:</b>		
<b>CNPJ:</b>		
<b>Endereço:</b>		
<b>Contato:</b>		
<b>Fone:</b>		
<b>Prazo de Entrega:</b>		
<b>Condições de pagamento</b>		
<b>Banco:</b>		
<b>Agência:</b>		
<b>Conta Corrente:</b>		
<b>Local de Entrega:</b>		
<b>End. p/ faturamento:</b>	Av. Prof. Frederico Hermann Jr. 345 - prédio 12 - 1º andar - Alto de Pinheiros - São Paulo/S CEP:05459-010	

Item	CADMAT Siafísico	Descrição	Unidade	Qtde.	Unitário	T
São Paulo, na data da assinatura digital						
Markos Trevisan						
Encarregado do Setor de Licitações e Credenciamento						

### ANEXO III - PORTARIA NORMATIVA FF/DE 017/2025

**Dispõe sobre a aplicação das sanções administrativas previstas na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Fundação Florestal.**

O Diretor Executivo da Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, conforme disposto no Estatuto da Fundação Florestal;

Considerando as disposições da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021; e

Considerando a importância de padronizar os procedimentos sancionatórios no âmbito da Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo,

#### RESOLVE:

#### CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1º - No âmbito da Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo (FF), a aplicação das sanções de advertência, multa, impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, a que se referem os incisos I, II, III e IV do caput do artigo 156 da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, obedecerá às normas estabelecidas na presente portaria.

Artigo 2º - A aplicação das sanções observará os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

Artigo 3º - As disposições desta portaria abrangem também as infrações cometidas por proponentes, adjudicatários e detentores de atas de registro de preços, bem como aquelas cometidas nos processos de dispensa ou inexigibilidade de licitação.

#### CAPÍTULO II - DAS INFRAÇÕES

Artigo 4º - Comete infração administrativa, nos termos da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, o licitante e o contratado que, com dolo ou culpa:

I - der causa à inexecução parcial do contrato;

II - der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - der causa à inexecução total do contrato;

IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame, inclusive não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro, pelo agente de contratação ou pelo agente público durante o certame;

V - salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta, em especial quando:

a) não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

b) recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

c) pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

d) deixar de apresentar amostra, caso exigida na documentação que integra o edital de licitação ou no aviso de contratação;

e) apresentar amostra em desacordo com as especificações, caso exigida na documentação que integra o edital de licitação ou o aviso de contratação;

VI - não celebrar o contrato, ou a ata de registro de preços, ou não entregar a documentação exigida para a contratação, sem justificativa, no prazo e condições estabelecidas pela Administração;

VII - recusar-se, sem justificativa, a assinar termo aditivo ao contrato, no prazo e condições estabelecidos pela Administração;

VIII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

IX - apresentar declaração ou documentação falsa exigida no certame licitatório, no processo de contratação direta ou durante a execução do contrato;

X - fraudar a licitação, o processo de contratação direta ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

XI - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

a) agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

b) induzir deliberadamente a erro no julgamento;

c) apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

XII - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação ou da contratação direta;

XIII - praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

#### CAPÍTULO III - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

##### SEÇÃO I - ASPECTOS GERAIS

Artigo 5º - Com fundamento na Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

I - advertência;

II - multa, não inferior a 0,5% (cinco décimos por cento), nem superior a 30% (trinta por cento) do valor atualizado do contrato ou daquele estimado para a contratação, conforme o caso;

III - impedimento de licitar e contratar, por prazo não superior a 3 (três) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

Artigo 6º - Na aplicação das sanções serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

Artigo 7º - As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

Artigo 8º - A aplicação das sanções tratadas nesta portaria não exclui, em hipótese nenhuma, a obrigação de reparação do dano causado à Administração.

## **SEÇÃO II - DA SANÇÃO DE ADVERTÊNCIA**

Artigo 9º - A sanção de advertência será aplicada quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato e não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

## **SEÇÃO III - DA SANÇÃO DE MULTA**

Artigo 10 - A sanção de multa será aplicada após regular processo administrativo e calculada com observância dos seguintes parâmetros:

I - No caso das infrações a seguir elencadas, será aplicada multa de 20% (vinte por cento) até o limite de 30% (trinta por cento) do valor atualizado do contrato ou daquele estimado para a contratação:

- a) apresentar declaração ou documentação falsa na licitação, no processo de contratação direta ou durante a execução do contrato;
- b) praticar ato fraudulento durante a licitação, no processo de contratação direta ou na execução do contrato;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
4. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação ou do processo de contratação direta; ou
5. praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

II - No caso das infrações a seguir elencadas, será aplicada multa de 5% (cinco por cento) até o máximo 20% (vinte por cento) do valor estimado da contratação:

a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame, inclusive não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro, pelo agente de contratação ou pelo agente público durante o certame;

b) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, em especial quando:

1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
4. deixar de apresentar amostra; ou
5. apresentar amostra em desacordo com as especificações do mesmo.

III - Será aplicada multa de 10% (dez por cento) até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor atualizado do contrato, quando:

a) a vencedora da licitação não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, ou não formalizar a ata de registro de preços;

b) a contratada recusar-se, sem justificativa, a assinar o termo aditivo no prazo e condições estabelecidos pela Administração;

c) não puder ser formalizado o contrato, o termo aditivo ou a ata de registro de preços em razão da não manutenção das condições de habilitação exigidas na licitação ou no procedimento de contratação direta.

IV - No caso de inobservância do prazo fixado para a execução do objeto do contrato ou de obrigação acessória será aplicada multa de 1% (um por cento) até 5% (cinco por cento) do valor atualizado da parcela contratual correspondente, acrescida de:

a) 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso sobre o valor atualizado da parcela contratual correspondente quando o atraso se limitar a 50% (cinquenta por cento) do prazo inicialmente previsto para a entrega do objeto, de sua parcela ou da obrigação acessória relacionada;

b) 0,4% (quatro décimos por cento) por dia de atraso sobre o valor atualizado da parcela inadimplida quando o atraso exceder o período previsto na alínea "a" deste inciso.

V - No caso de inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia:

a) será aplicada multa de 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato;

b) ocorrerá extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas se o atraso for superior a 30 (trinta) dias, conforme dispõe o inciso I do caput do artigo 137 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

c) e após o prazo mencionado na alínea "b" deste inciso V, a Administração poderá decidir, motivadamente, por conceder prazo adicional de até 15 (quinze) dias antes da extinção do contrato.

VI - No caso de inexecução parcial do objeto do contrato ou de obrigação acessória a este, será aplicada multa de 10% (dez por cento) até o máximo 20% (vinte por cento) do valor atualizado da parcela inadimplida do contrato, ressalvado o quanto previsto no inciso VIII deste artigo.

VII - No caso de inexecução total do contrato, será aplicada multa de 10% (dez por cento) até o máximo 20% (vinte por cento) do valor atualizado do contrato.

VIII - No caso de inexecução parcial ou total do contrato ou de obrigação acessória a ele, que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, será aplicada multa de 30% (trinta por cento) do valor atualizado do contrato ou da parcela inadimplida.

§ 1º - Ensejará a extinção do ajuste o atraso que corresponder ao total do prazo inicialmente previsto para entrega do objeto contratual, salvo decisão fundamentada da autoridade competente justificando a vantagem de manutenção da avença, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

§ 2º - A atualização do valor do contrato, da ata de registro de preços e do valor estimado da contratação será efetuada pela variação do índice da Unidade Fiscal do Estado de São Paulo - UFESP entre a data da infração e a data do efetivo pagamento da multa.

§ 3º - Considera-se obrigação acessória qualquer descumprimento das obrigações assumidas na contratação e que não se refiram diretamente ao objeto do contrato, exemplificativamente, porém não se limitando a esse rol:

1. o atraso ou o não pagamento de obrigações trabalhistas aos prestadores de serviços disponibilizados pela contratada para execução do objeto contratual;

2. a não disponibilização ou o atraso no envio de materiais ou insumos em quantidade e qualidade suficiente para execução do objeto do contrato;

3. o atraso em substituir equipamento, material ou mão de obra que não se mostre adequada ou com qualidade para execução do objeto contratado;

4. a não manutenção, durante a vigência do contrato, das condições que culminaram com sua habilitação;

5. o desatendimento às solicitações da Administração no prazo por ela determinado.

Artigo 11 - O valor correspondente à multa aplicada será descontado dos pagamentos devidos em decorrência da execução do contrato que ensejou a sanção.

§ 1º - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Administração, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida no edital.

§ 2º - Inexistindo a possibilidade de desconto a que se refere o caput deste artigo, o correspondente valor deverá ser recolhido através de depósito bancário, em conta corrente em nome da Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo, Infraestrutura e Logística, no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados da notificação.

§ 3º - Não logrando êxito no recebimento da multa aplicada será efetuada a cobrança judicialmente.

Artigo 12 - A sanção de multa pode ser aplicada conjuntamente com as sanções previstas nos incisos I, III e IV do caput do artigo 156 da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Artigo 13 - O não pagamento das multas no prazo e formas indicados implicará no registro de devedor no Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais - CADIN e na inscrição do débito na Dívida Ativa do Estado para cobrança judicial.

Artigo 14 - A aplicação de multa não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções.

## **SEÇÃO IV - DA SANÇÃO DE IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR**

Artigo 15 - São hipóteses para aplicação da sanção de impedimento de licitar e contratar, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato, causando grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse

coletivo, nos termos do artigo 155, II, c.c. artigo 156, § 4º, da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

II - dar causa à inexecução total do contrato;

III - deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro, pelo agente de contratação ou pelo agente público durante o certame;

IV - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado em especial quando:

1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
4. deixar de apresentar amostra, caso exigida na documentação que integra o edital ou o aviso de contratação; ou
5. apresentar amostra em desacordo com as especificações exigidas no instrumento convocatório;

V - não celebrar o contrato, a ata de registro de preços, ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta; VI - não celebrar o termo aditivo no prazo estipulado pela Administração nos casos de alteração unilateral e naqueles em que houve anuência da contratada;

VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado.

Parágrafo único - A dosimetria da sanção de impedimento de licitar e contratar será aferida caso a caso, levando em consideração a gravidade do ato em si e o impacto gerado à Administração.

## **SEÇÃO V - DA SANÇÃO DE DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

Artigo 16 - A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada nas hipóteses do § 5º do artigo 156 da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

§ 1º - A ocorrência das infrações a seguir descritas ensejarão a aplicação de declaração de inidoneidade por um período de 3 (três) a 6 (seis) anos:

I - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

II - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

III - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
3. caso exigida na documentação que integra o edital ou o aviso de contratação, apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

IV - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

V - praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

§ 2º - A ocorrência das infrações a seguir descritas, quando justificada a imposição de penalidade mais grave em relação à sanção de impedimento de licitar e contratar, ensejarão a aplicação de declaração de inidoneidade por um período de 3 (três) a 4 (quatro) anos:

1. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

2. dar causa à inexecução total do contrato;

3. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

4. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

5. não celebrar o contrato, a ata de registro de preços, ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

6. não celebrar o termo aditivo no prazo estipulado pela Administração;

7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado.

§ 3º - A dosimetria da pena de declaração de inidoneidade será aferida caso a caso, levando em consideração a gravidade do ato em si e o impacto gerado à Administração.

## **CAPÍTULO IV - DAS CIRCUNSTÂNCIAS AGRAVANTES E ATENUANTES**

### **SEÇÃO I - DAS CIRCUNSTÂNCIAS AGRAVANTES**

Artigo 17 - São circunstâncias agravantes:

I - a prática da infração com violação de dever inerente a cargo, ofício ou profissão;

II - o conluio entre licitantes ou contratados para a prática da infração;

III - a apresentação de documento falso no curso do processo administrativo de apuração de responsabilidade;

IV - a reincidência;

V - o cometimento de mais de uma infração em uma mesma licitação ou relação contratual. § 1º - Verifica-se a reincidência quando o acusado comete nova infração, depois de condenado definitivamente por idêntica infração anterior.

§ 2º - Para efeito de reincidência:

1. considera-se a decisão proferida no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta dos de todos os entes federativos, se imposta a pena de declaração de inidoneidade de licitar e contratar;

2. não prevalece a condenação anterior, se entre a data da publicação da decisão definitiva dessa e a do cometimento da nova infração tiver decorrido período de tempo superior a 5 (cinco) anos;

3. não se verifica, se tiver ocorrido a reabilitação em relação a infração anterior.

§ 3º - Na hipótese do inciso V do caput, o infrator estará sujeito à sanção cabível para a infração mais grave entre elas, ou, se iguais, à somente uma delas, sopesando-se, em qualquer caso, as demais infrações como circunstância agravante.

Artigo 18 - Configurada a situação agravante, o valor da multa e o período previsto para a sanção de impedimento de licitar e contratar serão acrescidos de 100% (cem por cento).

§ 1º - o acréscimo mencionado no caput deste artigo, no caso de multa fica limitado a 30% (trinta por cento) do valor atualizado do contrato, da ata de registro de preços ou daquele estimado para a contratação.

§ 2º - o acréscimo mencionado no caput deste artigo, no caso de sanção de impedimento de licitar e contratar fica limitado a 6 (seis) anos.

§ 3º - A avaliação das circunstâncias será feita na fase de dosimetria da pena.

### **SEÇÃO II - DAS CIRCUNSTÂNCIAS ATENUANTES**

Artigo 19 - Serão consideradas circunstâncias atenuantes, resultando na redução de 50% (cinquenta por cento) da sanção calculada nos termos desta portaria, quando a licitante, a detentora da ata de registro de preços ou o contratado, antes do julgamento:

I - confessar a autoria da infração;

II - comprovar que procurou evitar ou minorar as consequências da infração;

III - reparar o dano.

§ 1º - As circunstâncias atenuantes, tratadas neste artigo, não terão efeito cumulativo entre si para obtenção de redução adicional do percentual de sanção a ser aplicada.

§ 2º - A redução da sanção, mencionada no caput deste artigo, não poderá reduzir a dosimetria da pena abaixo do limite mínimo estabelecido nos § 3º e 5º do artigo 156 da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

§ 3º - os limites mínimos da sanção aplicável respeitarão o art. 156, §3º e § 5º, da Lei nº 14.133/2021.

## **CAPÍTULO V - DA COMPETÊNCIA**

Artigo 20 - A competência para aplicar as sanções previstas nos incisos I, II e III do caput do artigo 156 da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, é do Diretor Executivo da Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo no uso de suas atribuições legais, conforme disposto no Estatuto da Fundação Florestal.

Artigo 21 - A competência para declarar a inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração, prevista no inciso IV do caput do artigo 156 da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, é do Diretor Executivo da Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo

no uso de suas atribuições legais, conforme disposto no Estatuto da Fundação Florestal.

Artigo 22 - No caso de contratação decorrente de Sistema de Registro de Preços - SRP, compete:

I - ao Órgão Gerenciador: aplicar as penalidades relacionadas ao procedimento licitatório, à ata de registro de preços e às próprias contratações; e

II - ao Órgão Participante / Não Participante: aplicar as penalidades decorrentes do contrato celebrado.

## **CAPÍTULO VI - DOS PRAZOS E PROCEDIMENTO**

### **SEÇÃO I - DO PROCESSO ADMINISTRATIVO SIMPLIFICADO**

Artigo 23 - A apuração de responsabilidade por infrações que possam ensejar a aplicação das sanções de advertência e multa, previstas nos incisos I e II do caput do artigo 156 da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, ocorrerá em processo administrativo simplificado, a ser conduzido por agente público designado pelo Diretor Executivo da Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo.

§ 1º - A intimação conterá, no mínimo:

1. a descrição dos fatos imputados;
2. o dispositivo pertinente à infração;
3. a identificação do proponente, do detentor da ata de registro de preços, do contratado ou dos elementos pelos quais se possa identificá-los; e
4. os efeitos da revelia.

§ 2º - Faculta-se a defesa do proponente, do detentor da ata de registro de preços ou do contratado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

§ 3º - No processo administrativo simplificado fica dispensada a manifestação da Assessoria Jurídica da Pasta, exceto se houver dúvida jurídica específica.

§ 4º - O relatório final conclusivo, a ser remetido ao Diretor Executivo, para julgamento, deverá:

1. descrever sucintamente os fatos imputados;
2. informar os dispositivos legais e regulamentares infringidos;
3. indicar as penas a que está sujeito o infrator;
4. relacionar as peças principais dos autos;
5. conter a análise das manifestações da defesa; e
6. indicar as provas que fundamentaram a conclusão, fazendo-se referência aos documentos do processo em que se encontram.

§ 5º - Caso identificada, no curso do processo administrativo simplificado, a prática de conduta que possa caracterizar infração punível com as sanções de impedimento de licitar ou contratar ou de declaração de inidoneidade, previstas nos incisos III e IV do caput do artigo 156 da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, será instaurado o processo de responsabilização.

### **SEÇÃO II - DO PROCESSO DE RESPONSABILIZAÇÃO**

Artigo 24 - A apuração de responsabilidade por infrações que possam ensejar a aplicação das sanções de impedimento de licitar ou contratar ou de declaração de inidoneidade, previstas nos incisos III e IV do caput do artigo 156 da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, ocorrerá por meio do processo de responsabilização de que trata o artigo 158 do mesmo diploma legal, a ser conduzido por Comissão Processante, permanente ou ad hoc.

§ 1º - O ato de instauração do processo será subscrito pelo Diretor Executivo e deverá constar:

1. os fatos que ensejam a apuração;
2. o enquadramento dos fatos às normas pertinentes à infração;
3. a identificação do proponente, do detentor da ata de registro de preços ou do contratado, ou os elementos pelos quais se possa identificá-los;

e

4. na hipótese do § 2º deste artigo, a identificação dos administradores ou sócios, pessoa jurídica sucessora ou empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito.

§ 2º - Quando a personalidade jurídica for utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos, poderá ser desconsiderada, nos termos do artigo 160 da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Artigo 25 - A Comissão Processante será composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis ou empregados públicos, com atribuição de conduzir o processo e praticar todos os atos necessários para elucidação dos fatos.

§ 1º - No caso de a Comissão Processante ser composta por empregados públicos, estes deverão ter, preferencialmente, no mínimo, 3 (três) anos de tempo de serviço no órgão ou entidade.

§ 2º - A Comissão Processante, diante de elementos que possam ensejar a responsabilização de terceiros, deve solicitar a abertura de processo contra eles ou o aditamento do ato de instauração do processo de responsabilização em curso, remetendo-se os autos ao Diretor Executivo, para apreciação.

§ 3º - Se no curso da instrução surgirem elementos novos não descritos no ato de instauração de processo de apuração de responsabilidade, a Comissão Processante solicitará a instauração de novo processo ou o aditamento do ato de instauração do processo de responsabilização em curso, remetendo-se os autos ao Diretor Executivo, para apreciação.

Artigo 26 - Instaurado o processo, ou aditado o ato de instauração, a Comissão Processante dará impulso ao processo, intimando os acusados para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentarem defesa escrita e especificarem as provas que pretendam produzir.

§ 1º - Quando se fizer necessário, as provas serão produzidas em audiência previamente designada para este fim.

§ 2º - Serão indeferidas pela Comissão Processante, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

§ 3º - A Comissão Processante poderá solicitar a colaboração de outros órgãos para a instrução processual, por intermédio do Diretor Executivo.

§ 4º - Da decisão de que trata o § 2º deste artigo, no curso da instrução, cabe pedido de reconsideração, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação.

§ 5º - Se não houver retratação, o pedido de reconsideração se converterá em recurso, que ficará retido e será apreciado quando do julgamento do processo.

Artigo 27 - Finda a instrução, o acusado poderá apresentar alegações finais em 5 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação.

Artigo 28 - Transcorrido o prazo previsto no artigo 27, a Comissão Processante elaborará relatório:

I - mencionando os fatos imputados;

II - informando os dispositivos legais e regulamentares infringidos;

III - descrevendo as penas a que está sujeito o infrator;

IV - relacionando as peças principais dos autos;

V - analisando as manifestações da defesa;

VI - indicando as provas que fundamentaram a conclusão, fazendo-se referência aos documentos do processo onde se encontram;

VII - propondo ao Diretor Executivo, em sendo o caso, a remessa de cópia do processo a outro órgão, como Ministério Público, Polícia, etc., para as providências de suas respectivas alçadas.

§ 1º - O relatório será sempre conclusivo quanto à responsabilidade do proponente, do detentor da ata de registro de preços ou do contratado e informará, quando for o caso, se houve danos aos cofres públicos, sugerindo ao Diretor Executivo a remessa de cópia do processo ao setor competente, para as providências cabíveis.

§ 2º - O relatório poderá, ainda, propor a absolvição por insuficiência de provas quanto à autoria e ou materialidade.

§ 3º - O relatório poderá conter sugestões sobre medidas que podem ser adotadas pela Administração, objetivando evitar a repetição de fatos ou irregularidades semelhantes aos apurados no processo.

§ 4º - O processo administrativo, com o relatório da Comissão Processante e manifestação da Assessoria Jurídica da FF, será remetido para deliberação do Diretor Executivo.

§ 5º - A Comissão Processante ficará à disposição do Diretor Executivo para qualquer esclarecimento necessário.

§ 6º - Proferido o julgamento, encerram-se as atividades da Comissão Processante.

Artigo 29 - Será admitida no processo de apuração de responsabilidade o compartilhamento de informações e provas produzidas em outro processo administrativo, caso em que, após a juntada nos autos, será dada oportunidade ao acusado para manifestação, em 3 (três) dias úteis, contados de



sua intimação.

Parágrafo único - O pedido para compartilhamento de informações e provas produzidas em outro processo será feito pela Comissão Processante ao Diretor Executivo.

Artigo 30 - No caso de indícios de falsidade documental apresentado no curso da instrução, a Comissão Processante intimará o acusado para manifestação, em 3 (três) dias úteis, contados de sua intimação.

§ 1º - A decisão sobre falsidade do documento será realizada quando do julgamento do processo.

§ 2º - Caso a apresentação de declaração ou documento falso for a causa principal do processo de apuração de responsabilidade não se aplica o disposto no caput e § 1º deste artigo.

### SEÇÃO III - DA REVELIA E DOS RECURSOS

Artigo 31 - Se o interessado, regularmente notificado, não comparecer para exercer o direito de acompanhar o processo, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas nos autos.

§ 1º - Na notificação do interessado deve constar advertência relativa aos efeitos da revelia de que trata o caput deste artigo.

§ 2º - O revel poderá intervir no processo em qualquer fase, recebendo-o no estado em que se encontrar.

Artigo 32 - Da decisão que aplicar as sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, previstas nos incisos I, II e III do caput do artigo 156 da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

Parágrafo único - O recurso de que trata o caput deste artigo será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos, nos termos do parágrafo único do artigo 166 da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Artigo 33 - Da decisão que aplicar a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, prevista no inciso IV do caput do artigo 156 da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, a ser decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento, nos termos do artigo 167 da referida norma.

Artigo 34 - O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

Artigo 35 - Na contagem dos prazos para defesa, alegações finais, recurso e pedido de reconsideração, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Parágrafo único - Só se iniciam e vencem os prazos referidos neste artigo em dia de horário de expediente normal na Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo.

### CAPÍTULO VII - DAS ATRIBUIÇÕES DO FISCAL DO CONTRATO

Artigo 36 - O processo administrativo instaurado para acompanhar a execução do contrato deve conter elementos claros, objetivos e suficientes para embasar eventual aplicação de sanções à contratada, competindo ao fiscal do contrato:

I - exigir o cumprimento de todas as obrigações previstas no contrato e em seus anexos, inclusive as obrigações acessórias;

II - receber o objeto em conformidade com o artigo 140 da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

III - anotar, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato;

IV - elaborar relatório de vistoria, se necessário;

V - notificar a contratada sobre eventuais irregularidades identificadas;

VI - esclarecer eventuais dúvidas administrativas e técnicas, desde que dentro de sua esfera de atribuições;

VII - conferir e certificar as faturas relativas às aquisições, serviços ou obras;

VIII - realizar a avaliação dos serviços executados, quando prevista;

IX - exigir o uso correto dos equipamentos de proteção individual e coletivo de segurança do trabalho;

X - manter contato com o preposto da contratada;

XI - emitir nota técnica ou informativa sobre alterações contratuais;

informando: XII - comunicar a autoridade competente sobre eventual inexecução parcial ou total das obrigações contratuais, inclusive as acessórias,

a) qual foi o ato praticado;

b) quando ocorreu;

anteriormente. c) as consequências decorrentes, inclusive se gerou prejuízo ou transtorno à Administração; d) se o ato igual ou semelhante já foi praticado

XIII - manifestar-se sobre a eficácia do contrato com relação às necessidades da Administração, propondo formas de aperfeiçoamento;

XIV - no caso de obras e serviços de engenharia;

a) manter atualizados os projetos, alvarás, ART's do CREA e/ou RRT's do CAU;

b) visitar o diário de obras, certificando-se de seu correto preenchimento;

c) verificar a correta construção do canteiro de obras, inclusive quanto aos aspectos ambientais;

XV - no caso de serviços com dedicação exclusiva da mão de obra, verificar o cumprimento a seguintes obrigações:

a) recolhimento da contribuição previdenciária do empregador e dos empregados;

b) recolhimento do FGTS, referente ao mês anterior;

c) pagamento de salários no prazo previsto em lei, referente ao mês anterior;

d) fornecimento de vale-transporte e auxílio-alimentação, quando cabível;

e) pagamento do 13º salário;

f) concessão de férias e correspondente pagamento do adicional de férias, na forma da lei;

g) realização de exames admissionais e demissionais e periódicos, quando for o caso;

h) eventuais cursos de treinamento e reciclagem;

i) encaminhamento das informações trabalhistas exigidas pela legislação, tais como a GFIP, FGTS, etc.;

j) cumprimento das obrigações contidas em convenção coletiva, acordo coletivo ou sentença normativa em dissídio coletivo de trabalho;

k) cumprimento das demais obrigações dispostas na CLT em relação aos empregados vinculados ao contrato; e

serão realocados em outra atividade de prestação de serviços do Contratado, sem que ocorra a extinção do contrato de trabalho. XVI - outras atividades compatíveis com a função. l) quando da extinção da contratação, verificar o pagamento das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados

### CAPÍTULO VIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 37 - A contagem do prazo de entrega do objeto da contratação será suspensa quando do recebimento provisório do material ou serviço, sendo retomada, se rejeitado, a partir do primeiro dia útil seguinte ao da notificação da recusa.

Artigo 38 - Esgotada a instância administrativa, as penalidades deverão ser registradas no sítio eletrônico [www.esancoes.sp.gov.br](http://www.esancoes.sp.gov.br), ou outro sistema que o venha a substituir, e nos demais sistemas eletrônicos mantidos por órgãos ou entidades da Administração Estadual.

Artigo 39 - Os atos previstos como infrações administrativas na Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, ou em outras leis sobre licitações e contratos, que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na última norma.

Artigo 40 - Cópia desta portaria deverá integrar, como anexo, os editais de licitação, bem como os avisos e instrumentos de contratação direta. Parágrafo único - Os termos de referência elaborados pelas áreas técnicas, quando necessários, deverão informar a aplicação da presente portaria às respectivas contratações.

Artigo 41 - Quanto às omissões desta portaria, aplicam-se as disposições legais e regulamentares pertinentes.

Artigo 42 - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

§ 1º - Os instrumentos que tenham sido celebrados durante a vigência da Resolução SIMA nº 30, de 10 de maio de 2019, continuarão a ser regidos por ela.

§ 2º - Os instrumentos celebrados/publicados sob a regência da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, porém anteriores à publicação desta portaria, serão regidos pelos termos previstos nos respectivos instrumentos convocatórios ou termos de referência.

**RODRIGO LEVKOVICZ**  
Diretor Executivo

**ANEXO IV - MODELO REFERENTE A PLANILHA DE PROPOSTA**

GRUPO 1 - CANANÉIA						
Item	CadServ	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	3182	- Tipo de embarcação: Bote Inflável ou Barco de alumínio de liga náutica ou fibra – Navegação Costeira - Tamanho: 9 metros / 29,5 pés com capota ou superior - Motorização: com 2 motores de popa, 150 HP cada ou superior - Capacidade: 10 passageiros  - Área de Navegação: mar aberto, dentro do limite e /ou em atendimento às unidades: APA Marinha do Litoral Sul, Parque Estadual da Ilha do Cardoso, Parque Estadual Lagamar de Cananéia, Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Itapanhapima, Reserva Extrativista do Taquari e Reserva Extrativista da Ilha do Tumba.  - Locais de Embarque: Pier do Núcleo Integrado de Unidades de Conservação de Cananéia – Avenida Wladimir Besnard, s/nº - Morro São João, Cananéia /SP	Diária	50	R\$	R\$
2		- Tipo de embarcação: Barco de alumínio ou fibra - Navegação Costeira e Interior - Tamanho: 5,5 metros / 18 pés com capota - Motorização: com 1 motor de popa, 40 HP - Capacidade mínima: 06 passageiros  - Área de Navegação: navegação costeira e interiores, dentro do limite e/ou em atendimento às unidades: APA Marinha do Litoral Sul, Parque Estadual da Ilha do Cardoso, Parque Estadual Lagamar de Cananéia, Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Itapanhapima, Reserva Extrativista do Taquari e Reserva Extrativista da Ilha do Tumba.  - Locais de Embarque: Pier do Núcleo Integrado de Unidades de Conservação de Cananéia – Avenida Wladimir Besnard, s/nº - Morro São João, Cananéia /SP	Diária	220	R\$	R\$
3		- Tipo de embarcação: Escuna ou Lancha - Navegação Costeira e Interiores - Tamanho: 10 metros / 32,8 pés com capota - Motorização: com 1 motor de centro ou de popa e motorização mínima de 115 HP - Capacidade mínima: 20 passageiros  - Área de Navegação: Navegação interiores, dentro do limite e/ou em atendimento às unidades: APA Marinha do Litoral Sul, Parque Estadual da Ilha do Cardoso, Parque Estadual Lagamar de Cananéia, Reserva de Desenvolvimento sustentável do Itapanhapima, Reserva Extrativista do Taquari e Reserva Extrativista da Ilha do Tumba.  - Locais de Embarque: Pier do Núcleo Integrado de Unidades de Conservação de Cananéia – Avenida Wladimir Besnard, s/nº - Morro São João, Cananéia /SP	Diária	120	R\$	R\$
TOTAL GERAL R\$						

GRUPO 2 - ITANHAÉM						
Item	CadServ	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
4	3182	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Tipo de embarcação: Lancha - Navegação Costeira</li> <li>- Tamanho: 28 pés com capota ou superior</li> <li>- Motorização: com 2 motores de popa de 150 HP ou superior</li> <li>- Capacidade: 06 passageiros ou superior</li> <li>- Área de Navegação: Navegação costeira e interiores , dentro do limite das APAMLC nos municípios de Itanhaém (Ilha da Queimada Grande) e Peruíbe.</li> <li>- Local de Embarque: Marina Maitá (Itanhaém)</li> </ul>	Diária	25	R\$	R\$

GRUPO 2 - ITENHAÉM						
5		<ul style="list-style-type: none"> <li>- Tipo de embarcação: Lancha - Navegação Costeira e Interiores com capota</li> <li>- Tamanho: 16 pés com capota</li> <li>- Motorização: com 1 motor de popa, 90 HP;</li> <li>- Capacidade: 06 passageiros</li> <li>- Área de Navegação: Navegação costeira e interiores, dentro do limite das unidades.</li> <li>- Local de Embarque: Marina Maitá (Itanhaém)</li> </ul>	Diária	20	R\$	R\$
TOTAL GERAL						R\$

GRUPO 3 – BERTIOGA / GUARUJÁ / CUBATÃO / SANTOS						
Item	CadServ	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
6	3182	- Tipo de embarcação: Bote Inflável ou Barco de alumínio de liga náutica ou fibra – Navegação Costeira e Interiores - Tamanho: de 20 pés com capota Motorização: com 1 motor de popa, 90 HP - Capacidade: 09 passageiros  - Área de Navegação: Navegação costeira e interiores, dentro do limite das unidades PERB, PESM-NB e APAMLC  - Local de Embarque: Pier Municipal de Bertioiga	Diária	50	R\$	R\$
7		- Tipo de embarcação: Lancha - Navegação Costeira e Estuários - Tamanho: 26 pés com capota - Motorização: com 1 motor de popa ou motor de centro, minimamente 100 HP e/ou similar - Capacidade: 06 passageiros  - Área de Navegação: Navegação em águas costeiras, dentro do limite das unidades PERB, PESM-NB e APAMLC.  - Local de Embarque: Bertioiga: Rio Guaratuba; Rio Itaguaré; Rio Itapanhau; Canal de Bertioiga; Guarujá: Cabuçu (margem Guarujá), Porto Marina Asturias.	Diária	120	R\$	R\$
8		- Tipo de embarcação: Escuna ou Lancha - Navegação Costeira e Interiores - Tamanho: 33 pés com capota - Motorização: com 2 motores de popa, 200 HP cada ou motor de centro com potência similar. - Capacidade: 20 passageiros  - Área de Navegação: Navegação interiores, dentro do limite das unidades PERB, PESM-NB, PEMLS e APAMLC.  - Local de Embarque: Pier Municipal de Bertioiga	Diária	50	R\$	R\$
VALOR TOTAL					R\$	

GRUPO 4 – ILHABELA / SÃO SEBASTIÃO / CARAGUATATUBA						
Item	CadServ	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
9	3182	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Tipo de embarcação: Bote inflável com bote pequeno (apoio) para desembarque em praias e costeiras – navegação costeira.</li> <li>- Tamanho mínimo: 26 pés, com capota.</li> <li>- Motorização: 2 motores de popa, 250 HP, com capota</li> <li>- Capacidade: 09 passageiros</li> <li>- Área de Navegação: Navegação costeira</li> <li>- Local de Embarque: Pier do Yacht Club na Vila; Pier do Perequê; Pier do Yacht Club em São Sebastião.</li> <li>- Pontos de destino onde não há pier para desembarque (costeira e/ou local de difícil acesso): Ilha de Búzios; Ilha da Vitória; Serraria; Praia do Bonete; Praia do Poço; Praia da Figueira; Praia de Indaiáuba.</li> <li>- Locais de atracação: Yacht Club de Ilhabela; Pier do Perequê; Pier do Yacht Club no Saco do Sombrio</li> </ul>	Diária	50	R\$	R\$
10		<ul style="list-style-type: none"> <li>- Tipo de embarcação: Lancha – navegação costeira e interiores.</li> <li>- Tamanho: 16 pés, com capota.</li> <li>- Motorização: 1 motor, 90 HP</li> <li>- Capacidade: 06 passageiros</li> <li>- Área de Navegação: Navegação costeira e interiores, dentro do limite das unidades.</li> <li>- Local de Embarque: Caraguatatuba (Região Sul); Massaguaçu; Lagoa Azul; Juqueriquerê; São Sebastião: Enseada, Canto do Mar, Araçá, Rio São Sebastião; Cubatão e Rio Una; Ilhabela: Paquera, Castelhanos e Jabaquara.</li> </ul>	Diária	50	R\$	R\$

GRUPO 4 – ILHABELA / SÃO SEBASTIÃO / CARAGUATATUBA						
11		<ul style="list-style-type: none"> <li>- Tipo de embarcação: Escuna ou lancha.</li> <li>- Tamanho: 30 pés, com capota.</li> <li>Motorização: 1 motor de popa, 115 HP.</li> <li>- Capacidade: 20 passageiros</li> <li>- Área de Navegação: Ilha de Búzios; Ilha da Vitória; Sombrio; Gigueira; Bonete; Serraria.</li> <li>- Local de Embarque: Pier do Yacht Club na Vila; Pier do Perequê; Pier do Yacht Club em São Sebastião.</li> <li>- Locais de desembarque: Saco da Ribeira</li> </ul>	Diária	50	R\$	R\$
VALOR TOTAL						R\$

GRUPO 5 – UBATUBA						
Item	CadServ	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
12	3182	- Especificação da Embarcação para Navegação Costeira e Interiores - Tipo de embarcação: Bote Inflável ou Barco de alumínio de liga náutica ou fibra - Tamanho: 22 pés com capota - Motorização: com 1 motor de popa, 150 HP - Capacidade: 09 passageiros  - Área de Navegação: Navegação costeira e interiores, dentro dos limites da APA Marinha do Litoral Norte no Setor Cunhambebe (Ubatuba).  - Locais de Embarque: Saco da Ribeira, Itaguá, Vila da Picinguaba	Diária	25	R\$	R\$
13		- Especificação da Embarcação para Navegação Costeira e Interiores - Tipo de embarcação: Lancha ou Barco de alumínio de liga náutica ou fibra - Tamanho: 16 pés com capota - Motorização: com 1 motor de popa, 40 HP, - Capacidade: 06 passageiros  - Área de Navegação: Navegação em águas costeiras, dentro do limite da APA Marinha do Litoral Norte no Setor Cunhambebe (Ubatuba).  - Locais de embarque: Rio Onça, Rio Puruba, Rio Escuro+ Rio Comprido, Rio Grande, Ubatumirim /Estaleiro	Diária	50	R\$	R\$
14		- Especificação da Embarcação para Navegação Costeira e Interiores - Tipo de embarcação: Escuna ou Lancha - Tamanho: 30 pés com capota - Motorização: com 1 motor de popa, 160 HP - Capacidade: 50 passageiros  - Área de Navegação: Navegação interiores, dentro do limite da APA Marinha do Litoral Norte no Setor Cunhambebe (Ubatuba).  - Locais de Embarque: Saco da Ribeira	Diária	50	R\$	R\$
VALOR TOTAL					R\$	

ITENS						
Item	CadServ	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
15	3182	<b>ILHA COMPRIDA E IGUAPE</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Tipo de embarcação: Lancha - Navegação Costeira e Interiores</li> <li>- Tamanho: 16 pés com capota ou superior</li> <li>- Motorização: com 1 motor de popa 90 HP;</li> <li>- Capacidade mínima: 06 ou mais passageiros</li> <li>- Área de Navegação: Navegação costeira e interiores dentro do limite das unidades.</li> <li>- Locais de Embarque: Ilha comprida e Iguape</li> </ul>	Diária	50	R\$	R\$
16	3182	<b>PRAIA GRANDE E SÃO VICENTE</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Tipo de embarcação: Bote Inflável ou Barco de alumínio de liga náutica ou fibra para Navegação Costeira</li> <li>- Tamanho: 22 pés com capota e banheiro ou superior</li> <li>- Motorização: 1 motor de popa, 90 HP ou superior</li> <li>- Capacidade: 09 passageiros</li> <li>- Área de Navegação: Navegação costeira e interiores, dentro do limite das unidades PEXJ e APAMLC</li> <li>- Local de Embarque: São Vicente - Portinho (z.a. PEXJ) e Piabuçu, Marinana e Boturoca.</li> </ul>	Diária	50	R\$	R\$

ITENS						
17	3182	<b>APAM LITORAL CENTRO</b> - Tipo de embarcação: Lancha - Navegação costeira e mar aberto - Tamanho: 40 pés cabinada para pernoite, incluindo navegação noturna e pernoite a bordo. - Motorização: dois (2) motores de 150hp; - Capacidade: 10 passageiros  - Área de Navegação: Navegação costeira e mar aberto APA Marinha Litoral Centro. - Locais de desembarque: São Vicente - Santos	Diária	50	R\$	R\$
18	3182	<b>APAM LITORAL NORTE</b> - Tipo de embarcação: Lancha - Navegação costeira e mar aberto - Tamanho: 28 pés com capota e pábrisa ou superior - Motorização: com 2 motores de popa de 150 HP ou superior - Capacidade: 10 passageiros ou superior  - Área de Navegação: Navegação costeira e ilhas, dentro do limite das APAMLN nos municípios de São Sebastião e Bertioga. - Local de Embarque: Barra do Sahy e Barra do Una	Diária	25	R\$	R\$
VALOR TOTAL						R\$

- Declaro, sob as penas da lei, que o objeto ofertado atende a todas as especificações exigidas no Edital de Licitação e Anexos.
- Declaro que os preços apresentados contemplam todos os custos diretos e indiretos referentes ao objeto licitado.
- Local de execução: Conforme os Anexos I e I.1 (Termo de Referência e Estudo Técnico Preliminar) do Edital de Licitação.
- Contato: Fundação Florestal. Telefone: 11 2997 5000.
- O prazo de acionamento pela CONTRATANTE será de até 24 (vinte e quatro) horas antes da saída.
- Validade da proposta: 60 (sessenta) dias.
- Empresa: \_\_\_\_\_
- CNPJ: \_\_\_\_\_
- Responsáveis pelo contrato: \_\_\_\_\_
- Responsáveis para contato: \_\_\_\_\_
- Telefones: \_\_\_\_\_
- E-mails: \_\_\_\_\_

**FORMA DE PAGAMENTO: O pagamento será efetuado através do Banco do Brasil - Decreto Estadual nº 62.867/2017**

- Agência Bancária: \_\_\_\_\_
- Conta Bancária: \_\_\_\_\_

Local, na data da assinatura digital.

\_\_\_\_\_  
Nome e Assinatura do representante legal

**ANEXO V - MODELO DE DECLARAÇÃO**

**ANEXO V.1**

**MODELO DE DECLARAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO  
(EM PAPEL TIMBRADO DO LICITANTE)**

Eu, \_\_\_\_\_, portador do CPF nº \_\_\_\_\_, na condição de representante legal de \_\_\_\_\_ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº 93011/2026, Processo nº 262.00002881/2026-88, DECLARO, sob as penas da Lei, que o licitante:

a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do parágrafo único do artigo 117 da Constituição Estadual; e

b) atenderá, na data da contratação, ao disposto no artigo 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no artigo 5º-D, ambos da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017, quando o caso.

Local, na data da assinatura digital.



\_\_\_\_\_  
Nome e Assinatura do representante legal

## ANEXO V.2

### DECLARAÇÃO SOBRE REGIME TRIBUTÁRIO E RETENÇÕES APLICÁVEIS (EM PAPEL TIMBRADO DO LICITANTE)

Razão Social: \_\_\_\_\_  
CNPJ: \_\_\_\_\_  
Endereço: \_\_\_\_\_  
Telefones: \_\_\_\_\_  
E-mails: \_\_\_\_\_

Prezados (as),

Em cumprimento às exigências do Pregão Eletrônico nº 93011/2026, Processo nº 262.00002881/2026-88, referente à contratação para prestação de serviços ou fornecimento de bens, declaramos, para os devidos fins, que a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, adota o seguinte regime tributário:

- ( ) Lucro Real
- ( ) Lucro Presumido
- ( ) Simples Nacional – com retenções obrigatórias
- ( ) Simples Nacional – com isenção de retenções, conforme disposto no §1º do art. 4º da IN RFB nº 1.234/2012

Adicionalmente, declaramos que:

- Estamos cientes das retenções tributárias aplicáveis (INSS, IRRF, CSRF – PIS/COFINS/CSLL, ISS), conforme previsto na legislação vigente, notadamente na IN RFB nº 1.234/2012, IN RFB nº 971/2009, Lei nº 10.833/2003, Lei nº 9.430/1996, Lei Complementar nº 116/2003 e demais normativos correlatos;

- Em caso de isenção de alguma retenção, nos comprometemos a apresentar os documentos comprobatórios exigidos para cada caso, inclusive a Declaração de Inaplicabilidade de Retenção, se aplicável;

- Nos responsabilizamos pela veracidade das informações prestadas nesta declaração, estando cientes de que qualquer omissão ou erro poderá ensejar glosa, retenção ou responsabilização conforme a legislação vigente.

Local, data da assinatura digital.

\_\_\_\_\_  
Nome e assinatura do representante legal

## ANEXO VI - MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

#### FUNDAÇÃO PARA A CONSERVAÇÃO E A PRODUÇÃO FLORESTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 93011/2026

A Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo, com sede na Avenida Professor Hermann Junior, 345, Alto de Pinheiros – São Paulo SP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 56.825.110/0001-47, neste ato representada pelo Senhor RODRIGO LEVKOVICZ - Diretor Executivo, publicado no DOE de 25 de abril de 2024, portador do RG nº 28.155.493 SSP/SP e do CPF nº 295.691.718-80, no uso da competência conferida pela legislação aplicável, considerando o resultado obtido conforme o processo administrativo n.º 262.00009675/2025-18, resolve celebrar a presente ATA de REGISTRO DE PREÇOS, procedendo ao registro dos preços do(s) fornecedor(es) indicado(s) e qualificado(s) nesta ata, de acordo com a classificação por ele(s) alcançada e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo às condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023, c/c o Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais preceitos da legislação aplicável, e em conformidade com as disposições a seguir, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

#### 1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de serviços de transporte fluvial e marítimo, com fornecimento de embarcação e tripulação, destinados a atender às diversas demandas operacionais da Fundação Florestal, tais como atividades de monitoramento, pesquisa científica, transporte de materiais e equipamentos, ações de educação ambiental, interação comunitária, vistorias técnicas e atendimento a emergências em áreas protegidas[ESP51], conforme o detalhamento e as especificações técnicas constantes da documentação que constitui Anexo do Edital de Pregão Eletrônico nº 93011/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

## 2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade mínima a ser cotada, a quantidade máxima de cada item que poderá ser contratada, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Empresa:  
Cnpj:  
Endereço:  
Responsável:  
Telefones:  
Email:

GRUPO 1 - CANANÉIA						
Item	Especificação	Marca Modelo	Unidade	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	<p>- Área de Navegação: mar aberto, dentro do limite e /ou em atendimento às unidades: APA Marinha do Litoral Sul, Parque Estadual da Ilha do Cardoso, Parque Estadual Lagamar de Cananéia, Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Itapanhapima, Reserva Extrativista do Taquari e Reserva Extrativista da Ilha do Tumba.</p> <p>- Locais de Embarque: Pier do Núcleo Integrado de Unidades de Conservação de Cananéia – Avenida Wladimir Besnard, s/nº - Morro São João, Cananéia /SP</p> <p>- Contatos: Gestor Titular: Emily - 11 97561-0455 - emilycoutinho@fflorestal.sp.gov.br</p> <p>- Gestor Suplente: Julia Lima - 11 95862-2055 - juliacarvalho@fflorestal.sp.gov.br</p> <p>Conforme especificações da proposta no documento SEI nº XXXXXXXXXX, e Anexo I – Termo de Referência.</p>	Embarcação: _____ Tamanho: _____ Motorização: _____ Capacidade: _____	Diária	50		
2	<p>- Área de Navegação: navegação costeira e interiores, dentro do limite e/ou em atendimento às unidades: APA Marinha do Litoral Sul, Parque Estadual da Ilha do Cardoso, Parque Estadual Lagamar de Cananéia, Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Itapanhapima, Reserva Extrativista do Taquari e Reserva Extrativista da Ilha do Tumba.</p> <p>- Locais de Embarque: Pier do Núcleo Integrado de Unidades de Conservação de Cananéia – Avenida Wladimir Besnard, s/nº - Morro São João, Cananéia /SP</p> <p>- Contatos: Gestor Titular: Emily - 11 97561-0455 - emilycoutinho@fflorestal.sp.gov.br</p> <p>- Gestor Suplente: Julia Lima - 11 95862-2055 - juliacarvalho@fflorestal.sp.gov.br</p> <p>Conforme especificações da proposta no documento SEI nº XXXXXXXXXX, e Anexo I – Termo de Referência.</p>	Embarcação: _____ Tamanho: _____ Motorização: _____ Capacidade: _____	Diária	220		
3	<p>- Área de Navegação: Navegação interiores, dentro do limite e/ou em atendimento às unidades: APA Marinha do Litoral Sul, Parque Estadual da Ilha do Cardoso, Parque Estadual Lagamar de Cananéia, Reserva de Desenvolvimento sustentável do Itapanhapima, Reserva Extrativista do Taquari e Reserva Extrativista da Ilha do Tumba.</p> <p>- Locais de Embarque: Pier do Núcleo Integrado de Unidades de Conservação de Cananéia – Avenida Wladimir Besnard, s/nº - Morro São João, Cananéia/SP</p> <p>- Contatos: Gestor Titular: Emily - 11 97561-0455 - emilycoutinho@fflorestal.sp.gov.br</p> <p>- Gestor Suplente: Julia Lima - 11 95862-2055 - juliacarvalho@fflorestal.sp.gov.br</p> <p>Conforme especificações da proposta no documento SEI nº XXXXXXXXXX, e Anexo I – Termo de Referência.</p>	Embarcação: _____ Tamanho: _____ Motorização: _____ Capacidade: _____	Diária	120		
VALOR TOTAL R\$						

GRUPO 2 - ITENHAÉM						
Item	Especificação	Marca Modelo	Unidade	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
4	<p>- Área de Navegação: Navegação costeira e interiores, dentro do limite das APAMLC nos municípios de Itanhaém (Ilha da Queimada Grande) e Peruíbe.</p> <p>- Local de Embarque: Marina Maitá (Itanhaém)</p> <p>- Contatos : Titular: Marcelo José Gonçalves - marcelojc@fflorestal.sp.gov.br - 13 99758-8414</p> <p>Suplente: Juliana Ferreira de Castro - (13) 99769- 9696 - juliana@sp.gov.br</p> <p>Conforme especificações da proposta no documento SEI nº XXXXXXXXXX, e Anexo I – Termo de Referência.</p>	Embarcação: _____ Tamanho: _____ Motorização: _____ Capacidade: _____	Diária	25		

GRUPO 2 - ITENHAÉM						
5	<p>- Área de Navegação: Navegação costeira e interiores, dentro do limite das unidades.</p> <p>- Local de Embarque: Marina Maitá (Itanhaém)</p> <p>Contatos: Titular: Marcelo José Gonçalves - marcelojc@fflorestal.sp.gov.br - 13 99758-8414</p> <p>Suplente: Juliana Ferreira de Castro - (13) 99769- 9696 - julianaafc@sp.gov.br</p> <p>Conforme especificações da proposta no documento SEI nº XXXXXXXXXX, e Anexo I – Termo de Referência.</p>	<p>Embarcação: _____</p> <p>Tamanho: _____</p> <p>Motorização: _____</p> <p>Capacidade: _____</p>	Diária	20		
VALOR TOTAL R\$						

GRUPO 3 – BERTIOGA / GUARUJÁ / CUBATÃO / SANTOS						
Item	Especificação	Marca Modelo	Unidade	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
6	<p>- Área de Navegação: Navegação costeira e interiores, dentro do limite das unidades PERB, PESM-NB e APAMLC</p> <p>- Local de Embarque: Pier Municipal de Bertioiga</p> <p>- Contatos : Titular - Eduardo Ferreira do Santos Souza - (13) 99727-2464 - (13) 3317-2094 - eduardofs@fflorestal.sp.gov.br</p> <p>- Suplente - Juliana Ferreira de Castro - (13) 99769- 9696 - julianaafc@sp.gov.br</p> <p>Conforme especificações da proposta no documento SEI nº XXXXXXXXXX, e Anexo I – Termo de Referência.</p>	<p>Embarcação: _____</p> <p>Tamanho: _____</p> <p>Motorização: _____</p> <p>Capacidade: _____</p>	Diária	50		
7	<p>- Área de Navegação: Navegação em águas costeiras, dentro do limite das unidades PERB, PESM-NB e APAMLC.</p> <p>- Local de Embarque: Bertioiga: Rio Guaratuba; Rio Itaguaré; Rio Itapanhau; Canal de Bertioiga; Guarujá: Cabuçu (margem Guarujá), Porto Marina Asturias</p> <p>- Contatos: Titular - Eduardo Ferreira do Santos Souza - (13) 99727-2464 - (13) 3317-2094 eduardofs@fflorestal.sp.gov.br</p> <p>- Suplente - Juliana Ferreira de Castro - (13) 99769- 9696 - julianaafc@sp.gov.br</p> <p>Conforme especificações da proposta no documento SEI nº XXXXXXXXXX, e Anexo I – Termo de Referência.</p>	<p>Embarcação: _____</p> <p>Tamanho: _____</p> <p>Motorização: _____</p> <p>Capacidade: _____</p>	Diária	120		
8	<p>- Área de Navegação: Navegação interiores, dentro do limite das unidades PERB, PESM-NB, PEMLS e APAMLC.</p> <p>- Local de Embarque: Pier Municipal de Bertioiga</p> <p>- Contatos: Titular - Eduardo Ferreira do Santos Souza - (13) 99727-2464 - (13) 3317-2094 eduardofs@fflorestal.sp.gov.br</p> <p>- Suplente - Juliana Ferreira de Castro - (13) 99769- 9696 - julianaafc@sp.gov.b</p> <p>Conforme especificações da proposta no documento SEI nº XXXXXXXXXX, e Anexo I – Termo de Referência.</p>	<p>Embarcação: _____</p> <p>Tamanho: _____</p> <p>Motorização: _____</p> <p>Capacidade: _____</p>	Diária	120		
VALOR TOTAL R\$						

GRUPO 4 – ILHABELA / SÃO SEBASTIÃO / CARAGUATATUBA						
Item	Especificação	Marca Modelo	Unidade	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
9	<p>- Área de Navegação: Navegação costeira</p> <p>- Local de Embarque: Pier do Yacht Club na Vila; Pier do Perequê; Pier do Yacht Club em São Sebastião.</p> <p>- Pontos de destino onde não há pier para desembarque (costeira e/ou local de difícil acesso): Ilha de Búzios; Ilha da Vitória; Serraria; Praia do Bonete; Praia do Poço; Praia da Figueira; Praia de Indaiáuba.</p> <p>- Locais de atracação: Yacht Club de Ilhabela; Pier do Perequê; Pier do Yacht Club no Saco do Sombrio</p> <p>- Contatos : Gestora Titular: Gabriela Carvalho Cunha Castro – (12) 99794-7913 – gabrielacarvalho@florestal.sp.gov.br</p> <p>- Gestora Suplente: Fernanda Cestari de Lima – (12) 97405-0676 – flima@florestal.sp.gov.br – pesm.saosebastiao@florestal.sp.gov.br</p> <p>Conforme especificações da proposta no documento SEI nº XXXXXXXXXX, e Anexo I – Termo de Referência.</p>	<p>Embarcação: _____</p> <p>Tamanho: _____</p> <p>Motorização: _____</p> <p>Capacidade: _____</p>	Diária	50		

GRUPO 4 – ILHABELA / SÃO SEBASTIÃO / CARAGUATATUBA						
10	<p>- Área de Navegação: Navegação costeira e interiores, dentro do limite das unidades.</p> <p>- Local de Embarque: Caraguatatuba (Região Sul); Massaguaçu; Lagoa Azul; Juqueriquerê; São Sebastião: Enseada, Canto do Mar, Araçá, Rio São Sebastião; Cubatão e Rio Una; Ilhabela: Paquera, Castelhanos e Jabaquara.</p> <p>- Contatos: Gestora Titular: Gabriela Carvalho Cunha Castro – (12) 99794-7913 – gabrielacarvalho@florestal.sp.gov.br</p> <p>- Gestora Suplente: Fernanda Cestari de Lima – (12) 97405-0676 – flima@florestal.sp.gov.br – pesm.saosebastiao@florestal.sp.gov.br</p> <p>Conforme especificações da proposta no documento SEI nº XXXXXXXXX, e Anexo I – Termo de Referência.</p>	<p>Embarcação: _____</p> <p>Tamanho: _____</p> <p>Motorização: _____</p> <p>Capacidade: _____</p>	Diária	50		
11	<p>- Área de Navegação: Ilha de Búzios; Ilha da Vitória; Sombrio; Gigueira; Bonete; Serraria.</p> <p>- Local de Embarque: Pier do Yacht Club na Vila; Pier do Perequê; Pier do Yacht Club em São Sebastião.</p> <p>- Locais de desembarque: Saco da Ribeira</p> <p>- Contatos: Gestora Titular: Gabriela Carvalho Cunha Castro – (12) 99794-7913 – gabrielacarvalho@florestal.sp.gov.br</p> <p>- Gestora Suplente: Fernanda Cestari de Lima – (12) 97405-0676 – flima@florestal.sp.gov.br – pesm.saosebastiao@florestal.sp.gov.br</p> <p>Conforme especificações da proposta no documento SEI nº XXXXXXXXX, e Anexo I – Termo de Referência.</p>	<p>Embarcação: _____</p> <p>Tamanho: _____</p> <p>Motorização: _____</p> <p>Capacidade: _____</p>	Diária	50		
VALOR TOTAL R\$						

GRUPO 5 – UBATUBA						
Item	Especificação	Marca Modelo	Unidade	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
12	<p>- Capacidade: 09 passageiros</p> <p>- Área de Navegação: Navegação costeira e interiores, dentro dos limites da APA Marinha do Litoral Norte no Setor Cunhambebe (Ubatuba).</p> <p>- Locais de Embarque: Saco da Ribeira, Itaguá, Vila da Pinguaba</p> <p>- Contatos: Titular: Gabriela Tibiriçá Sartori - (19) 99933-9877 - (12) 3832-1397/ 3833-6552/1241 - gabrielasartori@fflorestal.sp.gov.br</p> <p>- Suplente: Priscila Saviolo Moreira - (12) 99615- 3075 - (12) 3842-2811/3832-9059- prisaviolo@fflorestal.sp.gov.br</p> <p>Conforme especificações da proposta no documento SEI nº XXXXXXXXX, e Anexo I – Termo de Referência.</p>	<p>Embarcação: _____</p> <p>Tamanho: _____</p> <p>Motorização: _____</p> <p>Capacidade: _____</p>	Diária	25		
13	<p>- Área de Navegação: Navegação em águas costeiras, dentro do limite da APA Marinha do Litoral Norte no Setor Cunhambebe (Ubatuba).</p> <p>- Locais de embarque: Rio Onça, Rio Puruba, Rio Escuro+ Rio Comprido, Rio Grande, Ubatumirim /Estaleiro</p> <p>- Contatos: Titular: Gabriela Tibiriçá Sartori - (19) 99933-9877 - (12) 3832-1397/ 3833-6552/1241 - gabrielasartori@fflorestal.sp.gov.br</p> <p>- Suplente: Priscila Saviolo Moreira - (12) 99615- 3075 - (12) 3842-2811/3832-9059- prisaviolo@fflorestal.sp.gov.br</p> <p>Conforme especificações da proposta no documento SEI nº XXXXXXXXX, e Anexo I – Termo de Referência.</p>	<p>Embarcação: _____</p> <p>Tamanho: _____</p> <p>Motorização: _____</p> <p>Capacidade: _____</p>	Diária	50		
14	<p>- Área de Navegação: Navegação interiores, dentro do limite da APA Marinha do Litoral Norte no Setor Cunhambebe (Ubatuba).</p> <p>- Locais de Embarque: Saco da Ribeira</p> <p>- Contatos: Titular: Gabriela Tibiriçá Sartori - (19) 99933-9877 - (12) 3832-1397/ 3833-6552/1241 - gabrielasartori@fflorestal.sp.gov.br</p> <p>- Suplente: Priscila Saviolo Moreira - (12) 99615- 3075 - (12) 3842-2811/3832-9059- prisaviolo@fflorestal.sp.gov.br</p> <p>Conforme especificações da proposta no documento SEI nº XXXXXXXXX, e Anexo I – Termo de Referência.</p>	<p>Embarcação: _____</p> <p>Tamanho: _____</p> <p>Motorização: _____</p> <p>Capacidade: _____</p>	Diária	50		
VALOR TOTAL R\$						

Item	Especificação ILHA COMPRIDA E IGUAPE	Marca Modelo	Unidade	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
15	<p>- Área de Navegação: Navegação costeira e interiores dentro do limite das unidades.</p> <p>- Locais de Embarque: Ilha comprida e Iguaape</p> <p>Contatos: Gestor Titular: Ellen Fernandes de Freitas Pires- 11 94362-4409- (13) 3841-2193/1287/2026 - apailhacomprida@fflorestal.sp.gov.br</p> <p>Gestor Suplente: Juliana Costa -(13) 99769-9696- julianafc@sp.gov.br</p> <p>Conforme especificações da proposta no documento SEI nº XXXXXXXXX, e Anexo I – Termo de Referência.</p>	<p>Embarcação: _____</p> <p>Tamanho: _____</p> <p>Motorização: _____</p> <p>Capacidade: _____</p>	Diária	50		
VALOR TOTAL R\$						

Item	Especificação PRAIA GRANDE E SÃO VICENTE	Marca Modelo	Unidade	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
16	<p>- Área de Navegação: Navegação costeira e interiores, dentro do limite das unidades PEXJ e APAMLC</p> <p>- Local de Embarque: São Vicente - Portinho (z.a. PEXJ) e Piabuçu, Marinana e Boturoca.</p> <p>- Contatos : Titular: Andrezza Pinheiro Anhaia – andrezzapinheiro@fflorestal.sp.gov.br – 13 99694-2906</p> <p>- Suplente : Juliana Ferreira de Castro - (13) 99769- 9696 - julianaafc@sp.gov.br</p> <p>Conforme especificações da proposta no documento SEI nº XXXXXXXXXX, e Anexo I – Termo de Referência.</p>	<p>Embarcação:</p> <p>Tamanho:</p> <p>Motorização:</p> <p>Capacidade:</p>	Diária	50		

Item	Especificação APAM LITORAL CENTRO	Marca Modelo	Unidade	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
17	<p>- Área de Navegação: Navegação costeira e mar aberto APA Marinha Litoral Centro.</p> <p>- Locais de desembarque: São Vicente - Santos</p> <p>- Contatos: Titular: Maria de Carvalho Tereza Lanza – mariaci@fflorestal.sp.gov.br – 13 99694-2906</p> <p>- Suplente: Arua Fernandes Antunes Caetano - aruafac@fflorestal.sp.gov.br - 13 99626-4514</p> <p>Conforme especificações da proposta no documento SEI nº XXXXXXXXXX, e Anexo I – Termo de Referência.</p>	<p>Embarcação:</p> <p>Tamanho:</p> <p>Motorização:</p> <p>Capacidade:</p>	Diária	50		

Item	Especificação APAM LITORAL NORTE	Marca Modelo	Unidade	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
18	<p>- Área de Navegação: Navegação costeira e ilhas, dentro do limite das APAMLN nos municípios de São Sebastião e Bertioga.</p> <p>- Local de Embarque: Barra do Sahy e Barra do Una</p> <p>- Contatos: Titular: Gabriela Tibiriçá Sartori - (19) 99933-9877 - (12) 3832-1397/ 3833-6552/1241 - gabrielasartori@fflorestal.sp.gov.br</p> <p>- Suplente: Priscila Saviolo Moreira - (12) 99615- 3075 - (12) 3842-2811/3832-9059- prisaviolo@fflorestal.sp.gov.br</p> <p>Conforme especificações da proposta no documento SEI nº XXXXXXXXXX, e Anexo I – Termo de Referência.</p>	<p>Embarcação:</p> <p>Tamanho:</p> <p>Motorização:</p> <p>Capacidade:</p>	Diária	25		

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo desta Ata.

### 3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão ou entidade gerenciadora será a Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo.

3.2. [Além do órgão ou entidade gerenciadora, não há órgãos ou entidades participantes do registro de preços.] **OU** [Além do órgão ou entidade gerenciadora, é(são) órgão(s) ou entidade(s) participante(s) do registro de preços:

Item nº	Órgão(s) ou Entidade(s) Participante(s)	Unidade	Quantidade

### 4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Não será admitida a adesão a esta ata de registro de preços, conforme justificativa apresentada no estudo técnico preliminar.

OU

[segunda alternativa de redação para o item 4 contendo diversas subdivisões caso seja admitida a adesão à ata]

4.2. Durante a vigência desta ata de registro de preços, os órgãos e as entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de intenção de registro de preços poderão aderir à ata na condição de não participantes, observados os limites e regras estabelecidos neste instrumento, bem como os seguintes requisitos:

a) apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

b) demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da [Lei nº 14.133, de 2021](#); e

c) consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2.1. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.2.2. Após a autorização do órgão ou entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.2.3. O prazo para efetivar a contratação de que trata a subdivisão acima poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou entidade não participante aceita pelo órgão ou entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de



preços.

4.2.4. O órgão ou entidade integrante da ata de registro de preços poderá aderir, na qualidade de não participante, a item(ns) para o(s) qual(is) não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos das subdivisões deste item 4.

4.2.5. É da competência do respectivo órgão ou entidade que tenha aderido à ata na condição de não participante, garantidos o contraditório e a ampla defesa, aplicar as penalidades decorrentes do descumprimento das obrigações contratuais, em relação à sua própria contratação, informando as ocorrências ao órgão ou entidade gerenciadora.

Dos limites para as adesões

4.2.6. As contratações adicionais decorrentes das adesões não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão ou entidade gerenciadora e para os participantes.

4.2.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão ou entidade gerenciadora e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

## **5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA**

5.1. O prazo de vigência e validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do 1º (primeiro) dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. Em caso de termo aditivo para prorrogação do prazo de vigência da ata de registro de preços, não haverá quantitativo adicional, de modo que, no período de vigência da prorrogação, somente poderá haver contratação da quantidade ainda não contratada do quantitativo originalmente registrado.

OU

[segunda alternativa de redação para o item 5.1.1 (conforme item 5.1.2)]

5.1.2. Em caso de termo aditivo para prorrogação do prazo de vigência da ata de registro de preços, haverá quantitativo adicional [equivalente ao quantitativo originalmente registrado, de modo que, no período de vigência da prorrogação, poderá haver contratação de quantidade equivalente ao quantitativo originalmente registrado e da eventual quantidade ainda não contratada do quantitativo originalmente registrado].

5.1.3. A contratação decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e serão observadas, no momento da contratação e a cada exercício financeiro, a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.4. Na formalização do instrumento da contratação deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A formalização da contratação com os fornecedores registrados nesta ata de registro de preços deverá ocorrer no prazo de validade deste instrumento.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

5.4. As contratações respeitarão a ordem de classificação dos fornecedores registrados nesta ata.

5.5. O registro de fornecedores que esteja incluído nesta ata na forma de anexo - ao se verificar a existência de fornecedor(es) que tenha(m) aceitado cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário ou que tenha(m) mantido sua proposta original - consiste na formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. A habilitação do(s) fornecedor(es) que compõe(m) o cadastro de reserva na hipótese a que se refere o item 5.5, será(ão) efetuada(s) quando houver necessidade de contratação do(s) fornecedor(es) remanescente(s), por impossibilidade de atendimento da demanda pelo signatário da ata, observada a disciplina estabelecida nesta ata e no instrumento convocatório mencionado no item 1.1.

5.7. O preço registrado, com indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência desta ata de registro de preços.

5.8. Caso se caracterize hipótese de impossibilidade de atendimento da demanda pelo signatário da ata de que trata o item 5.6, observado o disposto no referido item, ficará facultado à Administração convocar os fornecedores remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para contratação nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.8.1. Na hipótese de nenhum dos fornecedores que tenham aceitado cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nas condições propostas pelo primeiro classificado nos termos da subdivisão acima, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização na forma prevista na documentação que integra o instrumento convocatório mencionado no item 1.1, poderá:

5.8.1.1. Convocar para negociação os fornecedores remanescentes que tenham mantido sua proposta original, quando houver, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

5.8.1.2. Adjudicar e celebrar a contratação nas condições ofertadas pelos fornecedores remanescentes, observado o disposto nas subdivisões deste item 5 e a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.9. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a contratação pretendida, desde que devidamente justificada.

5.10. No prazo de validade deste instrumento, o(s) órgão(s) ou entidade(s) participante(s) não participará(ão) em outra ata de registro de preços com o mesmo objeto, salvo na hipótese do inciso VIII do caput do art. 82 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), quando for o caso.

## **6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do(s) item(ns) registrado(s), nas seguintes situações:

a) em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

b) em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou da superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados.

6.2. É previsto reajustamento dos preços registrados nesta ata, observados os mesmos critérios estabelecidos no instrumento convocatório mencionado no item 1.1 para o reajustamento dos preços de eventual contratação dela decorrente.

6.2.1. Caso seja(m) realizado(s) reajustamento(s) dos preços desta ata, somente caberá reajustamento dos preços de eventual contratação dela decorrente se forem observados os requisitos especificados no respectivo instrumento, e for ultrapassado o interregno mínimo de 1 (um) ano contado a partir dos efeitos do último reajustamento dos preços desta ata anterior à celebração da referida contratação. No caso de reajustamento(s) subsequente(s) ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos do último reajustamento.

### **Vedação a acréscimo de quantitativos**

6.3. É vedado:

a) efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços;

b) restabelecer os quantitativos que já tenham sido contratados desta ata de registro de preços quando da prorrogação de que trata o item 5.1.

## **7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**

7.1. Quando, por motivo superveniente, o preço registrado se tornar superior àquele praticado no mercado, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a sua redução.

7.1.1. Quando for exitosa a negociação a que alude a subdivisão acima, o órgão ou entidade gerenciadora comunicará o novo preço aos órgãos e entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços, para que realizem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.1.2. O fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas, caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado.

7.1.2.1. Na hipótese prevista na subdivisão acima, o órgão ou entidade gerenciadora convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado, observado o disposto no item 9.1.3.

7.1.2.1.1. O órgão ou entidade gerenciadora cancelará a ata de registro de preços, nos termos do disposto no item 9.2, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa, caso, nas negociações a que alude a subdivisão acima, os fornecedores do cadastro de reserva não aceitem reduzir seus preços aos valores de mercado.

7.2. Quando o preço praticado no mercado se tornar superior ao preço registrado, o fornecedor poderá requerer ao órgão ou entidade gerenciadora a alteração do preço registrado, desde que observe os requisitos especificados no item 7.2.1.

7.2.1. O requerimento a que alude o item 7.2 deverá observar o disposto no item 6.1 e estar acompanhado de:

- a) prova de fato superveniente que impossibilite o cumprimento do compromisso registrado nesta ata;
- b) documentação comprobatória da inviabilidade de manutenção do preço registrado.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação dos requisitos especificados nos itens 7.2 e 7.2.1:

- a) o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora;
- b) o fornecedor deverá cumprir o compromisso registrado na ata sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, em especial aquelas previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.2.3. Quando realizado o cancelamento do registro do fornecedor a que alude a alínea "b" do item 7.2.2, o órgão ou entidade gerenciadora convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.6.

7.2.3.1. O órgão ou entidade gerenciadora cancelará a ata de registro de preços, nos termos do item 9.2, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa, caso não obtenha êxito nas negociações a que alude a subdivisão acima.

7.2.4. Quando forem comprovados os requisitos estabelecidos nos itens 7.2 e 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora:

- a) alterará o preço registrado, observados os valores praticados pelo mercado, no limite do impacto causado pelos fatos supervenientes ensejadores da inviabilidade de manutenção do preço inicial;
- b) comunicará o novo preço aos órgãos e entidades que tiverem firmado contratos decorrentes desta ata de registro de preços, para eventual alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

## **8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nesta ata de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou entidades participantes do registro de preços e, caso seja admitida a adesão no item 4 deste instrumento, órgãos ou entidades não participantes, nas seguintes condições:

- a) de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
- b) de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, caso seja admitida a adesão no item 4 deste instrumento, hipótese em que serão observados os limites previstos no art. 86 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.2. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para fins do remanejamento.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora somente autorizará o remanejamento solicitado que seja justificado pelo solicitante, se houver prévia anuência do fornecedor e do órgão ou entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

## **9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

9.1. O órgão ou entidade gerenciadora cancelará o registro do fornecedor quando este:

- a) descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
- b) se recusar a formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no item 7.2.2; ou
- d) for apenado com sanção prevista no inciso III do caput do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), aplicada no âmbito da Administração Pública do

Estado de São Paulo, ou sanção prevista no inciso IV do caput do mesmo artigo.

9.1.1. Na hipótese a que alude a alínea "d" da subdivisão anterior, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência desta ata de registro de preços, o órgão ou entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, sendo vedadas novas contratações derivadas desta ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.1.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

9.1.3. Quando for cancelado o registro do fornecedor, o órgão ou entidade gerenciadora poderá convocar os fornecedores que compõem o cadastro de reserva, observados a ordem de classificação e o disposto no item 5.6.

9.1.4. O órgão ou entidade participante deverá informar ao órgão ou entidade gerenciadora qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

9.2. O órgão ou entidade gerenciadora poderá, justificadamente, cancelar, total ou parcialmente, os preços registrados nesta ata de registro de preços:

- a) por razão de interesse público;
- b) a pedido do fornecedor, à vista de prova da ocorrência superveniente de caso fortuito ou força maior que impossibilitem o cumprimento do compromisso registrado; ou
- c) se não houver êxito nas negociações, nos termos dos itens 7.1.2.1.1 e 7.2.3.1.

## **10. DAS PENALIDADES**

10.1. O descumprimento desta Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no instrumento convocatório mencionado no item 1.1, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

10.1.1. As sanções cabíveis também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

10.2. É da competência do órgão ou entidade gerenciadora, garantidos o contraditório e a ampla defesa, aplicar as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações.

10.3. É da competência do respectivo órgão ou entidade participante, garantidos o contraditório e a ampla defesa, aplicar as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preços, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações.

10.4. O órgão ou entidade participante deverá informar ao órgão ou entidade gerenciadora as ocorrências de que trata o item 9.1.4, para a finalidade indicada nessa disposição.

## **11. CONDIÇÕES GERAIS**

11.1. Os fornecedores registrados nesta ata de registro de preços estarão obrigados a celebrar as contratações que dela poderão advir nas condições estabelecidas, observado o disposto no instrumento convocatório mencionado no item 1.1 e neste instrumento.

11.1.1. A existência de preços registrados não obriga a Administração a celebrar contratações decorrentes desta ata de registro de preços, observando-se o disposto no item 5.9.

11.2. A contratação com os fornecedores registrados nesta ata será formalizada pelo órgão ou entidade interessada mediante a emissão de nota de empenho, cuja minuta integra como Anexo o instrumento convocatório mencionado no item 1.1.

11.2.1. Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo fornecedor para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, o órgão ou entidade interessada verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

11.2.2. Se não for possível atualizar os documentos referidos na subdivisão acima por meio eletrônico hábil de informações, o fornecedor será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

11.2.3. Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do fornecedor no "Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL". Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da [Lei estadual nº 12.799, de 2008](#).

11.2.4. Com a finalidade de verificar se o fornecedor mantém as condições de participação no certame, serão novamente consultados, previamente à celebração da contratação, os cadastros especificados no instrumento convocatório mencionado no item 1.1.

11.2.5. Constitui(em), igualmente, condição(ões) para a celebração da contratação:

11.2.5.1. a apresentação do(s) documento(s) que deva(m) ser exibido(s) pelo fornecedor anteriormente ou por ocasião da celebração da contratação, caso exigida em disposição(ões) ou declaração(ões) específica(s) que esteja(m) prevista(s) no instrumento convocatório mencionado no item 1.1 ou na documentação que o integra como Anexo;

11.2.5.2. a indicação de gestor encarregado de representar o fornecedor com exclusividade perante o Contratante, caso se trate de sociedade cooperativa (se admitida a participação de cooperativa no instrumento convocatório mencionado no item 1.1);

11.3. O fornecedor terá o prazo de XX (XXX) dias, contados a partir da data de sua convocação, para comparecer perante a Unidade Contratante para a retirada da nota de empenho ou, alternativamente, solicitar o seu envio por meio eletrônico, sob pena de decadência, sem prejuízo das sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#).

11.3.1. O prazo para formalização da contratação previsto na subdivisão anterior poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada do interessado e aceita pela Administração;

11.3.2. O não comparecimento do fornecedor para retirar a nota de empenho ou, quando solicitado o seu envio por meio eletrônico, a ausência de envio de confirmação de recebimento dentro do prazo previsto na subdivisão anterior importará na recusa à contratação, sujeita à aplicação das sanções cabíveis.

11.3.3. A retirada da Nota de Empenho ou, quando solicitado o seu envio por meio eletrônico, o envio de confirmação de recebimento, implica a ciência e a concordância pelo fornecedor:

11.3.3.1. de que referida Nota está substituindo o instrumento de contrato, aplicando-se à relação jurídica ali estabelecida as disposições da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

11.3.3.2. de que está vinculado às previsões contidas no instrumento convocatório mencionado no item 1.1 e seus Anexos e à sua proposta;

11.3.3.3. de que se aplicam às omissões as disposições da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e normas regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições da [Lei nº 8.078, de 1990](#), e princípios gerais dos contratos;

11.3.3.4. de que as hipóteses de extinção da contratação são aquelas previstas nos [artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021](#);

11.3.3.5. dos direitos da Administração previstos nos [artigos 137 a 139 da Lei nº 14.133, de 2021](#);

11.3.3.6. de que as condições de habilitação e contratação consignadas no instrumento convocatório mencionado no item 1.1 deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência da contratação;

11.3.3.7. de que serão observados a [Lei nº 12.846, de 2013](#), e o [Decreto estadual nº 69.588, de 2025](#), e as vedações constantes do [Decreto estadual nº 68.829, de 2024](#), e dos artigos 14 e 48, parágrafo único, da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

11.4. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos na documentação que integra o instrumento convocatório mencionado no item 1.1.

11.5. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de item(ns) específico(s) do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em via eletrônica, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelo(a) representante do órgão ou entidade gerenciadora e pelo(as) representante(s) do(s) fornecedor(es) registrado(s), e por testemunhas, todos abaixo identificados, encaminhando-se cópia ao(s) órgão(s) ou entidade(s) participante(s) mencionado(s) no item 3.2 se houver.

#### PELA CONTRATANTE:

**Rodrigo Levkovicz**

Diretor Executivo

CPF. 295.691.718-80 - RG. 28.155.493-6

**Isaias José de Oliveira Filho**

Diretor Administrativo e Financeiro

CPF. 047.999.378-55 - RG. 12.456.876

#### PELA CONTRATADA:

XXXXXXXXXXXXXXXXXX

Representante Legal

CPF. XXXXXXXX - RG. XXXXXXXX

#### TESTEMUNHAS:

**Markos Vinicius Trevisan**

Encarregado do Setor de Licitações e Compras

CPF. 349.707.378-43 - RG. 40.598.841-2

**Mauro Ivo Martins Quaresma Filho**

Analista Ambiental

CPF. 364.871.631-04 - RG 55.486.827-1

## CADASTRO DE RESERVA

Obedecendo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar o(s) item(ns) com preços iguais aos do adjudicatário:

Fornecedor: _____(nome empresarial ou denominação, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)								
Item	Especificação	Marca (se aplicável conforme Edital/ Aviso)	Modelo (se aplicável conforme Edital/ Aviso)	Unidade	Quantidade máxima a ser cotada	Quantidade mínima a ser cotada	Valor Unitário	Prazo de garantia ou validade (se aplicável conforme Edital/ Aviso)

Obedecendo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar o(s) item(ns) com preços iguais aos do adjudicatário:

Fornecedor: _____(nome empresarial ou denominação, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)								
Item	Especificação	Marca (se aplicável conforme Edital/ Aviso)	Modelo (se aplicável conforme Edital/ Aviso)	Unidade	Quantidade máxima a ser cotada	Quantidade mínima a ser cotada	Valor Unitário	Prazo de garantia ou validade (se aplicável conforme Edital/ Aviso)

ESP-FUND.P/CONSERV.PROD.FLORESTAL DO EST.SP

# Termo de Referência - Embarcacoes 27/2026

## Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
27/2026	261101-ESP-FUND.P/CONSERV.PROD.FLORESTAL DO EST. SP	VERIDIANNA BESSA PENHALBER	25/05/2026 10:57 (v 0.7)
Status	DISPONIBILIZADO		

## Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra	111/2026	262.00002881/2026-88

## 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de serviços de transporte fluvial e marítimo, com fornecimento de embarcação e tripulação, destinados a atender às diversas demandas operacionais da Fundação Florestal, tais como atividades de monitoramento, pesquisa científica, transporte de materiais e equipamentos, ações de educação ambiental, interação comunitária, vistorias técnicas e atendimento a emergências em áreas protegidas, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT	SIAFISICO	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE TOTAL	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
GRUPO 1 - CANANEIA	1	Tipo de embarcação: Bote Inflável ou Barco de alumínio de liga náutica ou fibra - Navegação Costeira  Tamanho: 9 metros / 29,5 pés com capota ou superior  Motorização: com 2 motores de popa, 150 HP cada ou superior  Capacidade: 10 passageiros  Área de Navegação: mar aberto, dentro do limite e/ou em atendimento às unidades: APA Marinha do Litoral Sul, Parque Estadual da Ilha do Cardoso, Parque Estadual Lagamar de Cananéia, Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Itapanhapima, Reserva Extrativista do Taquari e Reserva Extrativista da Ilha do Tumba.  Locais de Embarque: Píer do Núcleo Integrado de Unidades de	3182	175633	Diária	50	4.650,00	232.500,00



		<p>Conservação de Cananéia - Avenida Wladimir Besnard, s/n° - Morro São João, Cananéia/SP.</p> <p>Contatos: Gestor Titular: Emily - (11) 97561-0455 -emilycoutinho@fflorestal.sp.gov.br</p> <p>Gestor Suplente: Julia Lima - (11) 95862-2055 - juliacarvalho@fflorestal.sp.gov.br</p>						
GRUPO 1 - CANANEIA	2	<p>Tipo de embarcação: Barco de alumínio ou fibra - Navegação Costeira e Interior</p> <p>Tamanho: 5,5 metros / 18 pés com capota</p> <p>Motorização: com 1 motor de popa, 40 HP</p> <p>Capacidade mínima: 06 passageiros</p> <p>Área de Navegação: navegação costeira e interiores, dentro do limite e /ou em atendimento às unidades: APA Marinha do Litoral Sul, Parque Estadual da Ilha do Cardoso, Parque Estadual Lagamar de Cananéia, Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Itapanhapima, Reserva Extrativista do Taquari e Reserva Extrativista da Ilha do Tumba.</p> <p>Locais de Embarque: Pier do Núcleo Integrado de Unidades de Conservação de Cananéia - Avenida Wladimir Besnard, s/n° - Morro São João, Cananéia/SP</p> <p>Contatos: Gestor Titular: Emily - (11) 97561-0455 -emilycoutinho@fflorestal.sp.gov.br</p> <p>Gestor Suplente: Julia Lima - (11) 95862-2055 - juliacarvalho@fflorestal.sp.gov.br</p>	3182	175633	Diária	220	3.068,00	674.960,00
		<p>Tipo de embarcação: Escuna ou Lancha - Navegação Costeira e Interiores</p> <p>Tamanho: 10 metros / 32,8 pés com capota</p> <p>Motorização: com 1 motor de centro ou de popa e motorização mínima de 115 HP</p> <p>Capacidade mínima: 20 passageiros</p>						

GRUPO 1 - CANANEIA	3	<p>Área de Navegação: Navegação interiores, dentro do limite e/ou em atendimento às unidades: APA Marinha do Litoral Sul, Parque Estadual da Ilha do Cardoso, Parque Estadual Lagamar de Cananéia, Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Itapanhapima, Reserva Extrativista do Taquari e Reserva Extrativista da Ilha do Tumba.</p> <p>Locais de Embarque: Pier do Núcleo Integrado de Unidades de Conservação de Cananéia - Avenida Wladimir Besnard, s/n° - Morro São João, Cananéia/SP</p> <p>Contatos : Gestor Titular: Emily - (11) 97561-0455 -emilycoutinho@fflorestal.sp.gov.br</p> <p>Gestor Suplente: Julia Lima - (11) 95862-2055 - juliacarvalho@fflorestal.sp.gov.br</p>	3182	175633	Diária	120	5.232,00	627.840,00
GRUPO 2 - ITANHAÉM	4	<p>Tipo de embarcação: Lancha - Navegação Costeira</p> <p>Tamanho: 28 pés com capota ou superior</p> <p>Motorização: com 2 motores de popa de 150 HP ou superior</p> <p>Capacidade: 06 passageiros ou superior</p> <p>Área de Navegação: Navegação costeira e interiores , dentro do limite das APAMLC nos municípios de Itanhaém (Ilha da Queimada Grande) e Peruíbe.</p> <p>Local de Embarque: Marina Maitá (Itanhaém)</p> <p>Contatos : Titular: Marcelo José Gonçalves - marcelojc@fflorestal.sp.gov.br - 13 99758-8414</p> <p>Suplente: Juliana Ferreira de Castro - (13) 99769-9696 - juliana@sp.gov.br</p>	3182	175633	Diária	25	6.210,00	155.250,00
		<p>Tipo de embarcação: Lancha - Navegação Costeira e Interiores com capota</p> <p>Tamanho: 16 pés com capota</p> <p>Motorização: com 1 motor de popa, 90 HP;</p> <p>Capacidade: 06 passageiros</p>						

GRUPO 2 - ITANHAÉM	5	<p>Área de Navegação: Navegação costeira e interiores, dentro do limite das unidades.</p> <p>Local de Embarque: Marina Maitá (Itanhaém)</p> <p>Contatos : Titular: Marcelo José Gonçalves - marcelojc@fflorestal.sp.gov.br - 13 99758-8414</p> <p>Suplente: Juliana Ferreira de Castro - (13) 99769-9696 - julianaafc@sp.gov.br</p>	3182	175633	Diária	20	3.020,00	60.400,00
GRUPO 3 - BERTIOGA/GUARUJÁ /CUBATÃO/SANTOS	6	<p>Tipo de embarcação: Bote Inflável ou Barco de alumínio de liga náutica ou fibra - Navegação Costeira e Interiores</p> <p>Tamanho: de 20 pés com capota</p> <p>Motorização: com 1 motor de popa, 90 HP</p> <p>Capacidade: 09 passageiros</p> <p>Área de Navegação: Navegação costeira e interiores, dentro do limite das unidades PERB, PESM-NB e APAMLC</p> <p>Local de Embarque: Pier Municipal de Bertioiga</p> <p>Contatos : Titular - Eduardo Ferreira do Santos Souza - (13) 99727-2464 - (13) 3317-2094 eduardofs@fflorestal.sp.gov.br</p> <p>Suplente - Juliana Ferreira de Castro - (13) 99769-9696 - julianaafc@sp.gov.br</p>	3182	175633	Diária	50	4.212,50	210.625,00
GRUPO 3 - BERTIOGA/GUARUJÁ /CUBATÃO/SANTOS	7	<p>Tipo de embarcação: Lancha - Navegação Costeira e Estuários</p> <p>Tamanho: 26 pés com capota</p> <p>Motorização: com 1 motor de popa ou motor de centro, minimamente 100 HP e/ou similar</p> <p>Capacidade: 06 passageiros</p> <p>Área de Navegação: Navegação em águas costeiras, dentro do limite das unidades PERB, PESM-NB e APAMLC.</p> <p>Local de Embarque: Bertioiga: Rio Guaratuba; Rio Itaguaré; Rio Itapanhau; Canal de Bertioiga; Guarujá: Cabuçu (margem Guarujá), Porto Marina Asturias.</p> <p>Contatos : Titular - Eduardo Ferreira do Santos Souza - (13) 99727-2464 - (13) 3317-2094 eduardofs@fflorestal.sp.gov.br</p>	3182	175633	Diária	120	3.530,00	423.600,00

		Suplente - Juliana Ferreira de Castro - (13) 99769-9696 - juliana@sp.gov.br						
GRUPO 3 - BERTIOGA/GUARUJÁ /CUBATÃO/SANTOS	8	<p>Tipo de embarcação: Escuna ou Lancha - Navegação Costeira e Interiores</p> <p>Tamanho: 33 pés com capota</p> <p>Motorização: com 2 motores de popa, 200 HP cada ou motor de centro com potência similar.</p> <p>Capacidade: 20 passageiros</p> <p>Área de Navegação: Navegação interiores, dentro do limite das unidades PERB, PESM-NB, PEMLS e APAMLC.</p> <p>Local de Embarque: Pier Municipal de Bertioga</p> <p>Contatos : Titular - Eduardo Ferreira do Santos Souza - (13) 99727-2464 - (13) 3317-2094 eduardofs@fflorestal.sp.gov.br</p> <p>Suplente - Juliana Ferreira de Castro - (13) 99769-9696 - juliana@sp.gov.br</p>	3182	175633	Diária	50	5.017,50	250.875,00
GRUPO 4 - ILHABELA / SÃO SEBASTIÃO/ CARAGUATATUBA	9	<p>Tipo de embarcação: Bote inflável com bote pequeno (apoio) para desembarque em praias e costeiras – navegação costeira.</p> <p>Tamanho mínimo: 26 pés, com capota.</p> <p>Motorização: 2 motores de popa, 250 HP, com capota</p> <p>Capacidade: 09 passageiros</p> <p>Área de Navegação: Navegação costeira</p> <p>Local de Embarque: Pier do Yacht Club na Vila; Pier do Perequê; Pier do Yacht Club em São Sebastião.</p> <p>Pontos de destino onde não há pier para desembarque (costeira e/ou local de difícil acesso): Ilha de Búzios; Ilha da Vitória; Serraria; Praia do Bonete;</p> <p>Praia do Poço; Praia da Figueira; Praia de Indaiáuba.</p> <p>Locais de atracação: Yacht Club de Ilhabela; Pier do Perequê; Pier do Yacht Club no Saco do Sombrio.</p> <p>Contatos : Gestora Titular: Gabriela Carvalho Cunha Castro – (12) 99794-7913 – gabrielacarvalho@fflorestal.sp.gov.br</p>	3182	175633	Diária	50	6.600,00	330.000,00

		Gestora Suplente: Fernanda Cestari de Lima – (12) 97405-0676 – flima@florestal.sp.gov.br – pesm. saosebastiao@florestal.sp.gov.br						
GRUPO 4 - ILHABELA / SÃO SEBASTIÃO/ CARAGUATATUBA	10	<p>Tipo de embarcação: Lancha – navegação costeira e interiores.</p> <p>Tamanho: 16 pés, com capota.</p> <p>Motorização: 1 motor, 90 HP</p> <p>Capacidade: 06 passageiros</p> <p>Área de Navegação: Navegação costeira e interiores, dentro do limite das unidades.</p> <p>Local de Embarque: Caraguatatuba (Região Sul); Massaguaçu; Lagoa Azul; Juqueriquerê; São Sebastião: Enseada, Canto do Mar, Araçá, Rio São Sebastião; Cubatão e Rio Una; Ilhabela: Paquera, Castelhanos e Jabaquara.</p> <p>Contatos : Gestora Titular: Gabriela Carvalho Cunha Castro – (12) 99794-7913 – gabrielacarvalho@florestal.sp.gov.br</p> <p>Gestora Suplente: Fernanda Cestari de Lima – (12) 97405-0676 – flima@florestal.sp.gov.br – pesm. saosebastiao@florestal.sp.gov.br</p>	3182	175633	Diária	50	3.850,00	192.500,00
GRUPO 4 - ILHABELA / SÃO SEBASTIÃO/ CARAGUATATUBA	11	<p>Tipo de embarcação: Escuna ou lancha.</p> <p>Tamanho: 30 pés, com capota.</p> <p>Motorização: 1 motor de popa, 115 HP.</p> <p>Capacidade: 20 passageiros</p> <p>Área de Navegação: Ilha de Búzios; Ilha da Vitória; Sombrio; Gigueira; Bonete; Serraria.</p> <p>Local de Embarque: Pier do Yacht Club na Vila; Pier do Perequê; Pier do Yacht Club em São Sebastião.</p> <p>Locais de desembarque: Saco da Ribeira.</p> <p>Contatos : Gestora Titular: Gabriela Carvalho Cunha Castro – (12) 99794-7913 – gabrielacarvalho@florestal.sp.gov.br</p> <p>Gestora Suplente: Fernanda Cestari de Lima – (12) 97405-0676 – flima@florestal.sp.gov.br – pesm. saosebastiao@florestal.sp.gov.br</p>	3182	175633	Diária	50	8.020,00	401.000,00

GRUPO 5 - UBATUBA	12	<p>Especificação da Embarcação para Navegação Costeira e Interiores</p> <p>Tipo de embarcação: Bote Inflável ou Barco de alumínio de liga náutica ou fibra</p> <p>Tamanho: 22 pés com capota</p> <p>Motorização: com 1 motor de popa, 150 HP</p> <p>Capacidade: 09 passageiros</p> <p>Área de Navegação: Navegação costeira e interiores, dentro dos limites da APA Marinha do Litoral Norte no Setor Cunhambebe (Ubatuba).</p> <p>Locais de Embarque: Saco da Ribeira, Itaguá, Vila da Picinguaba</p> <p>Contatos : Titular : Gabriela Tibiriçá Sartori - (19)99933-9877 - (12) 3832-1397/ 3833-6552/1241 - gabrielasartori@fflorestal.sp.gov.br</p> <p>Suplente : Priscila Saviolo Moreira - (12) 99615-3075 - (12) 3842-2811 /3832-9059- prisaviolo@fflorestal.sp.gov.br</p>	3182	175633	Diária	25	3.500,00	87.500,00
	13	<p>Especificação da Embarcação para Navegação Costeira e Interiores</p> <p>Tipo de embarcação: Lancha ou Barco de alumínio de liga náutica ou fibra</p> <p>Tamanho: 16 pés com capota</p> <p>Motorização: com 1 motor de popa, 40 HP,</p> <p>Capacidade: 06 passageiros</p> <p>Área de Navegação: Navegação em águas costeiras , dentro do limite da APA Marinha do Litoral Norte no Setor Cunhambebe (Ubatuba).</p> <p>Locais de embarque: Rio Onça, Rio Puruba, Rio Escuro+ Rio Comprido, Rio Grande, Ubatumirim/Estaleiro</p> <p>Contatos : Titular : Gabriela Tibiriçá Sartori - (19)99933-9877 - (12) 3832-1397/ 3833-6552/1241 - gabrielasartori@fflorestal.sp.gov.br</p> <p>Suplente : Priscila Saviolo Moreira - (12) 99615-3075 - (12) 3842-2811 /3832-9059- prisaviolo@fflorestal.sp.gov.br</p>	3182	175633	Diária	50	3.237,50	161.875,00
		Especificação da Embarcação para Navegação Costeira e Interiores						

GRUPO 5 - UBATUBA	14	<p>Tipo de embarcação: Escuna ou Lancha</p> <p>Tamanho: 30 pés com capota</p> <p>Motorização: com 1 motor de popa, 160 HP</p> <p>Capacidade: 50 passageiros</p> <p>Área de Navegação: Navegação interiores, dentro do limite da APA Marinha do Litoral Norte no Setor Cunhambebe (Ubatuba).</p> <p>Locais de Embarque: Saco da Ribeira</p> <p>Contatos : Titular : Gabriela Tibiriçá Sartori - (19)99933-9877 - (12) 3832-1397/ 3833-6552/1241 - gabrielasartori@fflorestal.sp.gov.br</p> <p>Suplente : Priscila Saviolo Moreira - (12) 99615-3075 - (12) 3842-2811 /3832-9059- prisaviolo@fflorestal.sp.gov.br</p>	3182	175633	Diária	50	5.283,33	264.166,67
GRUPO - ILHA COMPRIDA E IGUAPE	15	<p>Tipo de embarcação: Lancha - Navegação Costeira e Interiores</p> <p>Tamanho: 16 pés com capota ou superior</p> <p>Motorização: com 1 motor de popa 90 HP;</p> <p>Capacidade mínima: 06 ou mais passageiros</p> <p>Área de Navegação: Navegação costeira e interiores dentro do limite das unidades.</p> <p>Locais de Embarque: Ilha comprida e Iguape</p> <p>Contatos : Gestor Titular: Ellen Fernandes de Freitas Pires- 11 94362-4409- (13) 3841-2193/1287/2026 - apailhacomprida@fflorestal.sp.gov.br</p> <p>Gestor Suplente: Juliana Costa -(13) 99769-9696- juliana@sp.gov.br</p>	3182	175633	Diária	50	2.326,67	116.333,33
		<p>Tipo de embarcação: Bote Inflável ou Barco de alumínio de liga náutica ou fibra para Navegação Costeira</p> <p>Tamanho: 22 pés com capota e banheiro ou superior</p> <p>Motorização: 1 motor de popa, 90 HP ou superior</p> <p>Capacidade: 09 passageiros</p>						

GRUPO - PRAIA GRANDE E SÃO VICENTE	16	<p>Área de Navegação: Navegação costeira e interiores, dentro do limite das unidades PEXJ e APAMLC</p> <p>Local de Embarque: São Vicente - Portinho (z.a. PEXJ) e Piabuçu, Marinana e Boturoca</p> <p>Contatos : Titular - Titular: Andrezza Pinheiro Anhaia – andrezzapineiro@fflorestal.sp.gov.br – 13 99694-2906</p> <p>Suplente : Juliana Ferreira de Castro - (13) 99769-9696 - juliana.fc@sp.gov.br</p>	3182	175633	Diária	50	3.370,00	168.500,00
GRUPO - APAM LITORAL CENTRO	17	<p>Tipo de embarcação: Lancha - Navegação costeira e mar aberto</p> <p>Tamanho: 40 pés cabinada para pernoite, incluindo navegação noturna e pernoite a bordo.</p> <p>Motorização: dois (2) motores de 150hp;</p> <p>Capacidade: 10 passageiros</p> <p>Área de Navegação: Navegação costeira e mar aberto APA Marinha Litoral Centro.</p> <p>Locais de desembarque: São Vicente - Santos</p> <p>Contatos : Titular: Maria de Carvalho Tereza Lanza –mariac@fflorestal.sp.gov.br – 13 99694-2906</p> <p>Suplente: Arua Fernandes Antunes Caetano - aruafac@fflorestal.sp.gov.br - 13 99626-4514</p>	3182	175633	Diária	50	13.587,50	679.375,00
GRUPO - APAM LITORAL NORTE	18	<p>Tipo de embarcação: Lancha - Navegação costeira e mar aberto</p> <p>Tamanho: 28 pés com capota e pára-brisa ou superior</p> <p>Motorização: com 2 motores de popa de 150 HP ou superior</p> <p>Capacidade: 10 passageiros ou superior</p> <p>Área de Navegação: Navegação costeira e ilhas , dentro do limite das APAMLN nos municípios de São Sebastião e Bertioga.</p> <p>Local de Embarque: Barra do Sahy e Barra do Una</p>	3182	175633	Diária	25	6.566,67	164.166,67



		<p>Contatos : Titular : Gabriela Tibiriçá Sartori - (19)99933-9877 - (12) 3832-1397/ 3833-6552/1241 - gabrielasartori@fflorestal.sp.gov.br</p> <p>Suplente : Priscila Saviolo Moreira - (12) 99615-3075 - (12) 3842-2811 /3832-9059- prisaviolo@fflorestal.sp.gov.br</p>						
		<b>TOTAL CONTRATAÇÃO</b>					<b>91.281,67</b>	

**5.201.466,75**

1.1.1. O valor estimado foi calculado exclusivamente para fins de planejamento orçamentário, considerando a vigência contratual integral de 12 (doze) meses, renovável por igual período.

Ressalta-se que a utilização dos serviços ocorrerá sob demanda, conforme as necessidades operacionais das Unidades de Conservação, especialmente para atividades de apoio logístico, deslocamento de equipes, transporte de materiais e demais ações institucionais em áreas de difícil acesso.

Dessa forma, o valor efetivamente executado poderá ser inferior ao estimado, não havendo obrigação de consumo integral durante o período de vigência da ata, em conformidade com a natureza do Sistema de Registro de Preços.

1.1.2. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

1.1.3. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023.

1.1.4. O objeto desta contratação não se enquadra como serviços de luxo, observando o disposto no Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023.

1.1.5. A previsão de quantitativo superior tem por finalidade permitir maior flexibilidade administrativa na gestão contratual, não configurando obrigação de contratação integral do quantitativo máximo estimado.

1.1.6. A presente contratação será realizada sob o regime de execução por demanda, em caráter estimativo, não gerando à CONTRATADA direito à quantidade mínima de utilização dos serviços.

1.1.6.1. A utilização dos serviços ocorrerá de acordo com a necessidade da CONTRATANTE, podendo haver variação na quantidade de diárias e nos tipos de embarcação demandados, inclusive com a possibilidade de redução significativa ou ausência de utilização em determinados períodos, sem que isso gere qualquer direito à compensação ou indenização por parte da CONTRATADA.

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos da legislação vigente aplicável.

1.3. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período, nos termos da Lei nº 14.133/2021, não implicando, contudo, obrigação de contratação integral dos quantitativos registrados.

1.4. A Ata de Registro de Preços estabelecerá as condições gerais aplicáveis às futuras contratações decorrentes de seu eventual acionamento.

1.4.1. Os serviços serão executados mediante demanda, por meio da solicitação de diárias de embarcação, conforme necessidade da CONTRATANTE.

1.5. O pagamento pelos serviços será realizado com base nas diárias efetivamente executadas, conforme os valores registrados na Ata de Registro de Preços, não sendo admitida a cobrança por períodos não utilizados.

#### **Subcontratação**

1.6. É admitida a subcontratação parcial do objeto, conforme as regras estabelecidas no contrato.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

2.1. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, nos termos do Decreto estadual nº 67.689, de 3 de maio de 2023, conforme consta das informações básicas deste Termo de Referência.

## 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

### DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

## 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

### Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos:

4.1.1. Eficiência energética: As embarcações deverão possuir motores em boas condições de funcionamento e manutenção, visando à eficiência energética e à redução de emissões.

4.1.2. Prevenção à poluição hídrica: É vedado o descarte de óleo, combustível ou quaisquer resíduos nos corpos d'água durante a execução dos serviços.

4.1.3. Gestão de resíduos: A contratada será responsável pela coleta, acondicionamento e destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados.

4.1.4. Proteção da fauna: As operações deverão observar práticas que minimizem ruídos e perturbações à fauna, especialmente em áreas ambientalmente sensíveis.

4.1.5. Segurança da navegação: As embarcações deverão atender às normas da autoridade marítima e dispor de equipamentos de segurança obrigatórios em perfeito estado.

4.1.6. Regularidade legal: A contratada deverá manter a embarcação e a tripulação regularmente cadastradas e autorizadas pelos órgãos competentes.

4.1.7. Condições de trabalho: A tripulação deverá estar regularmente contratada e devidamente habilitada para a execução dos serviços.

4.1.8. Boas práticas ambientais: A contratada deverá adotar boas práticas ambientais e comunicar imediatamente à contratante qualquer incidente ambiental.

### Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço

4.2. Na presente demanda, nenhuma marca(s), característica(s) ou modelo(s) será(ão) vedado(s).

### Garantia da contratação

4.4. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

### Vistoria

4.5. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

## 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

### Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. A CONTRATANTE emitirá ordem de serviços informando os locais, dias e horários previstos, devendo o CONTRATADO manter a embarcação e os equipamentos disponíveis para atendimento.

5.1.2. O prazo de acionamento pela CONTRATANTE será de até 24 (vinte e quatro) horas antes da saída.

5.1.3. O não atendimento à ordem de serviço, inclusive nos casos de indisponibilidade da embarcação ou impossibilidade de realização da saída nas condições estabelecidas, deverá ser devidamente justificado pelo CONTRATADO, sob pena de aplicação das sanções administrativas cabíveis, nos termos da legislação vigente e das disposições contratuais, sem prejuízo da possibilidade de acionamento de fornecedor remanescente, quando aplicável.

5.2. O encaminhamento da Ordem de Serviços será realizado por e-mail ao CONTRATADO.

5.2.1. O CONTRATADO deverá manter o e-mail atualizado, não se responsabilizando a CONTRATANTE em caso de não recebimento.

5.2.2. Caso o CONTRATADO não responda ao e-mail confirmando, em até 2 (duas) horas da saída programada, será aplicada sanção pelo não atendimento da demanda.

5.3. O serviço será prestado nas modalidades diária e meia diária, assim definidas:

I – Diária: corresponde a 8 (oito) horas de navegação, em percurso previamente previsto no item licitado, com indicação das áreas de atuação e dos respectivos píeres de embarque e desembarque, localizados em áreas sob gestão da Fundação Florestal ou em píeres próximos;

II – Meia diária: corresponde a 4 (quatro) horas de navegação, em percurso previamente previsto no item licitado, com indicação das áreas de atuação e dos respectivos píeres de embarque e desembarque, localizados em áreas sob gestão da Fundação Florestal ou em píeres próximos.

#### **Local e horário da prestação dos serviços**

5.4. Os serviços serão prestados nos endereços previstos na tabela do item 1;

5.5 Os serviços serão prestados em horários marítimos compatíveis com a execução das atividades, com início previsto a partir das 05h00, podendo se estender, conforme a necessidade operacional, até as 19h00.

5.5.1. Em casos excepcionais podem ser requisitados serviços em horários diversos aos dispostos, sendo sempre comunicado previamente ao CONTRATADO.

#### **Rotinas a serem cumpridas**

5.6. A execução contratual observará as seguintes rotinas:

I – encaminhamento da ordem de serviço pela CONTRATANTE;

II – confirmação, pelo CONTRATADO, da disponibilidade da embarcação para realização da saída;

III – execução dos serviços conforme condições estabelecidas;

IV – ateste da execução dos serviços pela CONTRATANTE, por meio de Atestado de Atividades;

V – emissão e encaminhamento da Nota Fiscal pelo CONTRATADO;

VI – encaminhamento da Nota Fiscal, acompanhada do Atestado de Atividades e da medição, ao setor responsável para fins de pagamento, nos termos do contrato.

#### **Materiais a serem disponibilizados**

5.7. Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

5.7.1. Embarcação compatível com o serviço nos termos da planilha do item 1, em perfeito estado de conservação, limpeza e funcionamento.

5.7.2. Motor regularizado e revisado, com potência adequada à navegação prevista na tabela do item 1.

5.7.3. Combustível suficiente para a execução integral das rotas e atividades programadas, com reserva adequada para situações emergenciais.

5.7.4. Equipamentos de segurança obrigatórios, conforme normas da autoridade marítima.

5.7.5. Equipamentos de comunicação, tais como rádio VHF marítimo ou telefone móvel com sinal na área de operação.

5.7.6. Equipamentos de navegação, incluindo GPS ou dispositivo equivalente.

5.7.7. Kit básico de primeiros socorros, dentro do prazo de validade.

5.7.8. Materiais de contenção de vazamentos, quando aplicável.

5.7.9. Ferramentas e acessórios operacionais, necessários para fundear, atracar e executar demais manobras de forma segura.

5.7.10. Recipientes adequados para resíduos, para correto acondicionamento durante a operação.

5.7.11. Água potável em quantidade suficiente, a ser disponibilizada ao pessoal embarcado durante toda a execução dos serviços.

### **Especificações gerais das embarcações**

5.7.12. As embarcações a serem disponibilizadas deverão atender, no mínimo, às especificações técnicas descritas na tabela do item 1 deste Termo de Referência.

5.7.13. As embarcações deverão estar em conformidade com os programas de inspeção, manutenção preventiva e corretiva, bem como com as revisões de componentes estipuladas pelos respectivos fabricantes (embarcação, motor e demais equipamentos), observando-se integralmente os requisitos de operação e manutenção exigidos pela legislação vigente, especialmente — mas não se limitando — às normas e registros técnicos dos fabricantes e da Marinha do Brasil, quando aplicáveis.

5.7.14. Todas as embarcações deverão estar devidamente licenciadas e em conformidade com as normas da Marinha do Brasil, incluindo o cumprimento dos requisitos estabelecidos nas NORMAM-201/DPC (para navegação em mar aberto) e NORMAM-202/DPC (para navegação em águas interiores), conforme o local de destino de cada atividade demandada.

5.7.15. A comprovação do atendimento às normas mencionadas deverá ser feita por meio da apresentação da documentação pertinente, quando solicitado pela CONTRATANTE.

5.7.16. As embarcações deverão possuir capota, quando aplicável, e estar aptas para o transporte de passageiros, em condições plenas de navegabilidade, segurança e operação, conforme as exigências previstas neste Termo de Referência.

5.7.17. Os combustíveis e lubrificantes fornecidos pela Contratada deverão ser devidamente dimensionados, de forma a atender ao critério de segurança conhecido como “regra de um terço”, garantindo autonomia suficiente para a navegação de ida, volta e reserva.

5.7.18. As embarcações e seus respectivos motores deverão estar devidamente registrados junto aos órgãos competentes da Marinha do Brasil, por meio do Título de Inscrição de Embarcação (T.I.E.), e atender às exigências de salvatagem compatíveis com seu porte e área de navegação, conforme verificado na vistoria para emissão do referido título.

### **Da Tripulação**

5.8. A operação das embarcações contratadas deverá ser realizada por tripulação composta por profissionais devidamente habilitados, em quantidade compatível com o porte e as especificações técnicas da embarcação.

5.8.1. A tripulação da embarcação deverá possuir todas as habilitações técnicas e de saúde exigidas pela Marinha do Brasil.

5.8.2. O CONTRATADO será integralmente responsável pelo custeio integral da tripulação, incluindo salários, encargos trabalhistas, previdenciários e demais obrigações legais, não cabendo qualquer ônus à Fundação Florestal.

### **Da Manutenção e/ou substituição da embarcação**

5.9. A embarcação deverá estar em conformidade com os programas de inspeções, manutenções preventivas, corretivas e revisões de componentes estabelecidos pelos fabricantes da embarcação, do motor e dos demais equipamentos.

5.9.1. Durante a realização das manutenções, caso a embarcação permaneça indisponível por período superior a 03 (três) dias consecutivos, o CONTRATADO deverá substituí-la, no prazo hábil, por outra do mesmo modelo licitado, garantindo sua disponibilização do local de início de atividades solicitado pela Fundação Florestal, de forma a não comprometer a continuidade das operações.

5.9.2. Nos casos em que a embarcação apresente falhas técnicas ou mecânicas que prejudiquem ou inviabilizem seu uso regular, ou que ofereçam risco aos tripulantes e passageiros, o CONTRATADO deverá substituí-la por outra embarcação do mesmo tipo — ou por similar, desde que previamente aceita pela Fundação Florestal — no prazo máximo de:

- 03 (três) dias corridos, quando em acionamento; ou
- 05 (cinco) dias corridos, nos demais casos.

5.9.3. Em caso de indisponibilidade definitiva da embarcação, o CONTRATADO deverá comunicar imediatamente à CONTRATANTE, mediante apresentação de documentação comprobatória, e proceder à substituição nos prazos mencionados acima.

5.9.4. Ocorrendo pane durante missão/operação, o CONTRATADO deverá providenciar a reposição imediata de embarcação com as mesmas características no local da operação. Salvo determinação expressa da CONTRATANTE em contrário, a embarcação substituta deverá ser conduzida ao mesmo local em que ocorreu a pane.

5.9.5. As substituições realizadas, em quaisquer dos casos supracitados, deverão ser efetuadas sem ônus adicional para a Fundação Florestal, inclusive no que se refere ao traslado da embarcação substituída.

### **Informações relevantes para o dimensionamento da proposta**

5.10. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.10.1. A prestação dos serviços ocorrerá sob demanda, mediante acionamento prévio da Contratante.

5.10.2. A execução da proposta deverá considerar a disponibilidade operacional contínua da embarcação.

5.10.3. Os serviços poderão ser executados em diárias inteiras ou meia diária, conforme necessidade operacional.

5.10.4. A execução estará sujeita a variações de horários e condições operacionais.

5.10.5. Todos os custos necessários à execução do objeto deverão estar integralmente contemplados nos valores propostos quando o oferecimento dos valores.

5.10.6. A contratada assumirá integral responsabilidade pelos custos diretos e indiretos relacionados à execução dos serviços.

### **Especificação da garantia do serviço**

5.11. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido [na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990](#) (Código de Defesa do Consumidor).

### **Procedimentos de transição e finalização do contrato**

5.12. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

### **Da natureza estimativa dos quantitativos e da possibilidade de acréscimos**

5.13. Os quantitativos indicados nas tabelas constantes deste Termo de Referência possuem caráter estimativo, tendo sido definidos com base em estudos técnicos prévios, registros históricos, dados epidemiológicos e projeções de ocorrência de espécies alvo de monitoramento, não constituindo obrigação de execução integral, nem garantia de demanda mínima por parte da Administração.

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, os prazos operacionais vinculados às solicitações da CONTRATANTE serão ajustados automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila, não se aplicando cronograma fixo de execução, em razão da natureza sob demanda do objeto.

6.3. As comunicações entre o Contratante e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O Contratante poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a celebração da contratação, o Contratante poderá convocar o representante do Contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### **Preposto**

6.6. O Contratado designará formalmente o seu preposto, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto do Contratado, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

### **Fiscalização**

6.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s) (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

#### **Fiscalização Técnica**

6.9. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17).

6.10. O fiscal técnico realizará as medições dos serviços executados com base na efetiva utilização e nas solicitações realizadas pela CONTRATANTE, aprovando a planilha de medição emitida pelo Contratado, não se aplicando cronograma físico-financeiro fixo em razão da natureza sob demanda da contratação (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso III)

6.11. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso IV).

6.12. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (Lei federal nº 14.133, de 2021, art. 117, § 2º).

6.13. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato, inclusive quanto ao atendimento das solicitações da CONTRATANTE, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso II).

#### **Fiscalização Administrativa**

6.14. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, incisos II e III).

6.15. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, inciso IV).

6.16. Sempre que solicitado pelo Contratante, o Contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **Gestor do Contrato**

6.17. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e extinção do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso III do art. 2º).

6.18. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso IX).

6.20. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VI).

6.21. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VIII).

6.22. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VII e parágrafo único).

6.23. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

7.1. A avaliação da execução do objeto observará o disposto nesta seção.

7.2. Os serviços executados serão objeto de medição conforme a efetiva utilização das diárias/meia-diárias de embarcação no período, podendo ocorrer de forma variável, conforme as ordens de serviço emitidas pela CONTRATANTE.

7.2-A. O pagamento será realizado exclusivamente pelos serviços efetivamente executados, não sendo devida qualquer remuneração em períodos sem utilização, tampouco garantia de faturamento mínimo à CONTRATADA, em razão da natureza da Ata de Registro de Preços.

I – A CONTRATADA deverá apresentar relatório contendo as ordens de serviço atendidas no período, com a indicação das datas, localidades, tipo de embarcação utilizada e quantitativo de diárias executadas;

II – A remuneração da CONTRATADA será calculada com base nos valores unitários registrados em ata, multiplicados pelas diárias/meia-diárias efetivamente executadas;

III – Após a conferência das informações apresentadas, a CONTRATANTE realizará o ateste da medição, autorizando a emissão da respectiva Nota Fiscal;

IV – As Notas Fiscais deverão ser emitidas pela CONTRATADA e apresentadas ao fiscal do contrato, acompanhadas do relatório de execução e do atestado de atividades.

7.3. Os pagamentos das notas fiscais/faturas serão efetuados no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data do ateste da medição, sendo devidos exclusivamente em razão dos serviços efetivamente executados.

7.3.1. A apresentação de faturas com incorreções ou sem a devida documentação comprobatória implicará a suspensão do prazo de pagamento até a sua regularização, sem ônus para a CONTRATANTE.

#### **Do recebimento**

7.4. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 2 (dois) dias, pelo(s) fiscal(is) técnico e administrativo, mediante termo(s) detalhado(s), quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo (Art. 140, I, 'a', da Lei nº 14.133, de 2021 e arts. 17, X, e 18, VI, do Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

7.5. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se refere a parcela a ser paga.

7.6. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico (Art. 17, X, Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

7.7. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo (Art. 18, VI, Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

7.8. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.9. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento decorrente das solicitações realizadas, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos ao Contratado, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.9.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.9.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.9.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14.133, de 2021).

7.9.4. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

7.10. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.11. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.11.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VI);

7.11.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.11.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

7.11.4. Comunicar ao Contratado para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização; e

7.11.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.12. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, com a comunicação ao Contratado para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

7.13. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.14. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

#### **Liquidação**

7.15. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais (art. 7º, I, e §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022, c/c o Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.15.1. O prazo de que trata a subdivisão acima será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação nele especificada, no caso de contratação decorrente de despesa cujo valor não ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.16. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.17. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.18. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao Sicaf ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.19. A Administração deverá realizar consulta ao Sicaf para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, tais como proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.20. Constatando-se, junto ao Sicaf, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.21. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.22. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.23. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao Sicaf.

#### **Prazo de pagamento**

7.24. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, inciso II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023.

7.25. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (art. 2º, inciso III, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023, c/c o art. 1º do Decreto estadual nº 32.117, de 1990), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados pro rata temporis, em relação ao atraso verificado.

#### **Forma de pagamento**

7.26. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do Contratado no Banco do Brasil S/A.



7.26.1. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do Contratado no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo Contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do art. 8º da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

7.27. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.28. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.28.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

## 8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

### Regime de execução

8.2. O regime de execução do contrato será por preço de item registrado.

### Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos das seções subseqüentes deste item 8, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

### Habilitação jurídica

8.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.7. Sociedade empresária: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020;

8.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.11. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial, devendo o estatuto estar adequado à Lei nº 12.690, de 2012; documentos de eleição ou designação dos atuais administradores; e registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;

8.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;

8.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital quanto ao Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS, e, nos termos da Lei Complementar nº 214, de 2025, quanto ao Imposto sobre Bens e Serviços – IBS, e/ou de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.19. Caso o fornecedor se considere isento ou imune de tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

a8.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### **Qualificação Econômico-Financeira**

8.21. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física (art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023), ou de sociedade simples;

8.22. Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, caso se trate de empresário individual ou sociedade empresária

#### **Qualificação Técnica**

8.23. Declaração de que o licitante tem conhecimento das condições locais e das exigências para execução dos serviços, podendo realizar vistoria prévia, caso entenda necessário.

8.23.1. A declaração poderá ser firmada pelo próprio licitante, no caso de pessoa física, ou pelo representante legal, no caso de pessoa jurídica.

8.24. Comprovação de aptidão para a prestação de serviços similares ao objeto da contratação, por meio da apresentação de, no mínimo, 01 (um) atestado ou declaração de capacidade técnica, emitido por pessoa física ou jurídica, pública ou privada.

8.24.1. O atestado deverá comprovar que o licitante já realizou, de forma satisfatória, serviço(s) compatível(is) com o objeto, tais como:

I – condução de embarcação para transporte de pessoas, materiais ou apoio logístico;

II – realização de saídas em ambiente aquático (fluvial, lacustre ou marítimo);

III – operação de embarcação em condições normais de navegação.

8.24.2. Para fins de habilitação, será admitida a apresentação de declaração simples do tomador do serviço, contendo a identificação do emitente, do prestador, descrição do serviço e período de execução.

8.24.3. No caso de pessoa física, o atestado poderá ser substituído por declaração de experiência própria, acompanhada da habilitação náutica.

8.24.4. Será admitido o somatório de experiências para comprovação da aptidão, vedada a exigência de quantitativos mínimos restritivos.

8.24.5. A Administração poderá solicitar, a qualquer tempo, informações complementares para verificação da veracidade das declarações apresentadas.

#### **Outras comprovações**

8.25. Declaração subscrita por representante legal do licitante, atestando que:

a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do art. 117, parágrafo único, da Constituição Estadual;

b) atenderá, na data da contratação, ao disposto no art. 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no art. 5º-D, ambos da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017, quando o caso;

## 9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O valor estimado total da contratação é de R\$ 5.201.466,67 (cinco milhões, duzentos e um mil, quatrocentos e sessenta e seis reais e sessenta e sete centavos), conforme custos unitários constantes da tabela acima. O valor estimado da contratação foi definido com observância do disposto no Decreto estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023.

9.2. O valor estimado da contratação não constitui obrigação de execução integral, tratando-se de mera estimativa para fins orçamentários, em razão da utilização do Sistema de Registro de Preços, sendo o pagamento condicionado à efetiva execução dos serviços demandados pela Administração.

## 10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado.

10.2. A dotação orçamentária será indicada pelo Setor de Orçamento e Custos - SOC quando da emissão da Nota de Reserva (NR).

10.3. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## 11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**VERIDIANNA BESSA PENHALBER**

Equipe de apoio



*Assinou eletronicamente em 25/05/2026 às 10:57:19.*

## ESP-FUND.P/CONSERV.PROD.FLORESTAL DO EST.SP

**Estudo Técnico Preliminar 99/2026****1. Informações Básicas**

Número do processo: 262.00002881/2026-88

**2. Descrição da necessidade**

O presente Estudo Técnico Preliminar tem por objetivo apresentar as bases para o planejamento de nova contratação de empresa especializada na prestação de serviços de transporte fluvial e marítimo, com fornecimento de embarcações e tripulação, destinada ao atendimento das demandas operacionais da Fundação Florestal no âmbito das Unidades de Conservação costeiras e insulares.

Registra-se que a Fundação Florestal promoveu, anteriormente, a formalização das Atas de Registro de Preços nº 93003.1/2025 e nº 93003.2/2025, decorrentes do Pregão Eletrônico nº 93003/2025, conforme Documento de Formalização da Demanda nº 294/2025, com vistas ao atendimento dessas necessidades.

Todavia, a execução contratual apresentou intercorrências relevantes, na medida em que o fornecedor adjudicatário concentrou a maior parte dos grupos/lotos e, posteriormente, não deu continuidade à prestação dos serviços em parcela significativa do objeto, o que culminou na aplicação das sanções administrativas cabíveis, nos termos da legislação vigente.

Não obstante, é importante destacar que, nos grupos em que houve efetiva execução por fornecedor distinto — notadamente nas regiões de São Sebastião e Ilhabela —, os serviços vêm sendo prestados de forma satisfatória, atendendo às expectativas operacionais da Fundação. Tal circunstância evidencia que o modelo de contratação adotado, em si, não se revela inadequado, mas demanda aperfeiçoamentos em sua estruturação, especialmente no que se refere à distribuição dos itens e à gestão de riscos contratuais.

Nesse contexto, resta caracterizada a inviabilidade de utilização das atas anteriormente constituídas em sua integralidade, uma vez que o objeto não pôde ser executado de forma contínua e confiável, comprometendo a regularidade dos serviços essenciais. A manutenção ou tentativa de reativação dessas atas não se mostra juridicamente adequada nem operacionalmente segura, diante do histórico de inadimplemento parcial e da consequente fragilização da execução contratual.

Ademais, a experiência decorrente da contratação anterior evidenciou a necessidade de revisão da modelagem técnico-operacional, especialmente no que se refere:

- (i) à segmentação mais equilibrada dos grupos/lotos, de modo a evitar concentração excessiva em um único fornecedor;
- (ii) à adequação dos itens às especificidades regionais; e
- (iii) à incorporação de mecanismos que mitiguem riscos de descontinuidade na prestação dos serviços.

Dessa forma, a não utilização das atas vigentes encontra respaldo nos princípios da eficiência, do interesse público e da continuidade do serviço público, previstos na Lei Federal nº 14.133/2021, impondo-se a realização de nova contratação com parâmetros aprimorados e maior aderência à realidade operacional da Fundação.

As embarcações objeto da futura contratação serão utilizadas em atividades essenciais, tais como operações de monitoramento ambiental, pesquisa científica, transporte de materiais e equipamentos, ações de educação ambiental, interação com comunidades tradicionais, vistorias técnicas e atendimento a emergências em áreas protegidas.

A atuação da Fundação Florestal abrange diversas frentes institucionais voltadas à conservação ambiental, pesquisa, educação e uso sustentável dos recursos naturais. A execução dessas atividades, especialmente em áreas de difícil acesso, demanda suporte logístico especializado, em razão das características geográficas e das limitações de acesso terrestre, tornando indispensável a utilização de meios adequados para o deslocamento das equipes e a realização das ações institucionais.

Nesse contexto, o transporte hidroviário configura-se como meio indispensável para garantir o deslocamento ágil, seguro e contínuo das equipes técnicas, assegurando a presença institucional da Fundação nas áreas sob sua gestão e viabilizando a execução das políticas públicas ambientais.

Adicionalmente, a nova modelagem contratual deverá incorporar mecanismos que aumentem a robustez da contratação, mitigando riscos de descontinuidade, ampliando a competitividade e assegurando maior aderência às especificidades regionais das Unidades de Conservação, inclusive mediante a segmentação por grupos/lotos mais eficientes e compatíveis com a realidade operacional identificada.

Assim, a presente contratação visa restabelecer e aprimorar a capacidade logística da Fundação Florestal, garantindo suporte contínuo às atividades institucionais e ao cumprimento de suas atribuições legais, em consonância com a Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normativas aplicáveis.

### 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Diretoria Executiva	Veridianna Bessa Penhalber

### 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

A contratação deverá observar requisitos técnicos, operacionais, legais, ambientais e de gestão compatíveis com a natureza do objeto e com o modelo de Ata de Registro de Preços, visando garantir a adequada execução dos serviços de transporte fluvial e marítimo, conforme detalhado a seguir:

#### 1. Requisitos Operacionais e Regime de Execução (ARP)

A prestação dos serviços ocorrerá sob demanda, mediante emissão de Ordem de Serviço pela Contratante, não havendo obrigação de contratação mínima por parte da Administração, tampouco garantia de demanda à Contratada.

A Contratada deverá assegurar a disponibilidade operacional contínua das embarcações e tripulação para atendimento das solicitações, respeitados os prazos de acionamento estabelecidos.

Os serviços poderão ser executados em regime de diária e meia diária, conforme necessidade operacional, com variação de horários, rotas e locais, devendo a Contratada estar apta a atender tais variações sem prejuízo da execução.

#### 2. Requisitos Técnicos das Embarcações

As embarcações disponibilizadas deverão ser compatíveis com os serviços contratados, atendendo às seguintes condições mínimas:

- Estar em perfeito estado de conservação, funcionamento e segurança;
- Estar devidamente registradas e licenciadas junto à autoridade marítima competente;
- Atender às normas aplicáveis da Marinha do Brasil;
- Possuir motores revisados e com desempenho adequado às rotas previstas;
- Garantir autonomia operacional segura;
- Estar submetidas a programas regulares de manutenção preventiva e corretiva;
- Estar aptas ao transporte de passageiros, equipes de pesquisa e equipamentos.

#### 3. Equipamentos e Infraestrutura Mínima

A Contratada deverá disponibilizar todos os equipamentos e insumos necessários à execução dos serviços, incluindo:

- Equipamentos de segurança obrigatórios;
- Sistemas de comunicação;
- Equipamentos de navegação;
- Kit de primeiros socorros válido;
- Materiais de contenção de vazamentos;
- Ferramentas e acessórios operacionais;
- Combustível suficiente para execução integral das atividades;
- Água potável para os ocupantes.

Todos os custos deverão estar integralmente contemplados na proposta registrada em ata.

#### 4. Requisitos da Tripulação

A operação deverá ser realizada por tripulação devidamente habilitada, em conformidade com as exigências da autoridade marítima.

A Contratada será integralmente responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários e demais obrigações legais relativas à tripulação, não havendo vínculo com a Administração.

#### 5. Requisitos de Disponibilidade e Continuidade (ARP)

A Contratada deverá garantir a disponibilidade dos serviços durante toda a vigência da ata.

Nos casos de indisponibilidade, falha técnica ou manutenção, deverá promover a substituição da embarcação por outra equivalente ou similar, em prazo compatível, sem ônus adicional à Administração, assegurando a continuidade das operações.

#### 6. Requisitos Ambientais e de Sustentabilidade

A execução dos serviços deverá observar práticas ambientalmente adequadas, incluindo:

- Proibição de descarte de resíduos em corpos d'água;
- Gestão adequada de resíduos;

- Adoção de medidas de mitigação de impactos ambientais;
- Redução de interferências sobre a fauna;
- Comunicação imediata de incidentes ambientais.

7. Requisitos Legais e Regulatórios

A Contratada deverá manter regularidade quanto a:

- Documentação das embarcações e tripulação;
- Atendimento às normas da Marinha do Brasil;
- Manutenção das condições de habilitação durante toda a vigência da ata e dos contratos dela decorrentes.

8. Garantia da Contratação

Não será exigida garantia da contratação, nos termos dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, considerando a natureza do objeto, o modelo de contratação por Ata de Registro de Preços e o fato de que os pagamentos ocorrerão após a efetiva prestação dos serviços, o que mitiga riscos para a Administração.

9. Subcontratação

Será admitida a subcontratação parcial do objeto, restrita à execução de serviços acessórios ou complementares, desde que previamente autorizada pela Contratante e compatível com a natureza do objeto.

Em qualquer hipótese, a subcontratação não implicará transferência de responsabilidade, permanecendo a Contratada integralmente responsável pela execução do objeto, pelo cumprimento de todas as obrigações contratuais, técnicas, legais e operacionais, bem como pelos atos de seus subcontratados.

Fica expressamente vedada qualquer forma de subcontratação que resulte na delegação integral do objeto ou que configure intermediação indevida, não podendo a Contratada se eximir, total ou parcialmente, de suas responsabilidades perante a Administração.

10. Requisitos Econômicos e de Formação de Preços

A proposta deverá contemplar todos os custos diretos e indiretos necessários à execução do objeto, considerando a natureza sob demanda da contratação e a necessidade de disponibilidade operacional contínua.

Os quantitativos registrados terão caráter estimativo, podendo variar conforme a necessidade da Administração, nos limites legais, sem direito a compensações por parte da Contratada.

5. Levantamento de Mercado

O levantamento de mercado para a presente contratação foi realizado com base em múltiplas fontes, incluindo a análise da contratação anteriormente estruturada pela Fundação Florestal, consubstanciada no Termo de Referência e Anexo de Valores por localidade (Cananéia, Ilhabela/São Sebastião, Itanhaém, Bertioga/Guarujá /Santos/Cubatão, Ubatuba, Ilha Comprida/Iguape e Praia Grande/São Vicente), bem como em pesquisa atual de preços junto a fornecedores do setor, sintetizada em tabela de orçamentos com médias por tipo de embarcação.

A partir do TR anterior, verificou-se que a modelagem adotada considerava a segmentação por grupos regionais, refletindo as especificidades operacionais de cada localidade, incluindo pontos de embarque, características de navegação (costeira, interior ou mar aberto) e tipologia das embarcações exigidas.

Por sua vez, o levantamento atual permitiu identificar os valores médios praticados no mercado, considerando diferentes tipos de embarcação, variando conforme porte, capacidade de passageiros, potência de motorização e complexidade da operação.

Grupo / Localidade	Tipo de Embarcação (síntese)	Valor TR Anterior (R\$)	Média Mercado Atual (R\$)	Variação aproximada
Cananéia	Grande porte (29 pés / 2x150HP / 9-10 pax)	5.683,33	4.650,00	~18%
Cananéia	Pequeno porte (18 pés / 40HP / 6 pax)	1.737,50	3.068,00	~76%
Cananéia	Médio porte (32 pés / 18-20 pax)	5.066,67	5.232,00	estável
Ilhabela / São Sebastião	Bote inflável apoio (26 pés / 2x250HP)	6.250,00	6.600,00	~6%
Ilhabela / São Sebastião	Lancha pequena (16 pés / 90HP)	2.500,00	3.850,00	~54%
Ilhabela / São Sebastião	Escuna/lancha média (30 pés)	6.850,00	8.020,00	~17%
Itanhaém	Lancha grande (28 pés / 2x200HP)	6.645,16	6.210,00	~6%
Itanhaém	Lancha pequena (16 pés / 90HP)	2.393,33	3.020,00	~26%
Bertioga / Guarujá / Santos / Cubatão	Bote médio (20 pés / 150HP)	5.845,68	4.212,50	~28%
Bertioga / Guarujá / Santos / Cubatão	Lancha pequena (até 6 pax)	3.364,26	3.530,00	estável
Bertioga / Guarujá / Santos / Cubatão	Escuna grande (33 pés)	6.645,16	5.017,50	~25%
Ubatuba	Bote médio (22 pés / 150HP)	2.000,00	3.500,00	~75%
Ubatuba	Lancha pequena (16 pés / 40HP)	1.216,67	3.237,50	~166%
Ubatuba	Escuna média (30 pés)	2.766,67	5.283,33	~90%

Ilha Comprida / Iguape	Lancha pequena (16 pés / 90HP)	1.620,00	2.326,67	~43%
Praia Grande / São Vicente	Lancha pequena (16 pés / 90HP)	2.393,33	3.370,00	~40%

Da análise comparativa entre os valores anteriormente estimados e os valores atuais de mercado, observa-se que:

- **Embarcações de pequeno porte** (até 6 passageiros), amplamente utilizadas em diversas localidades como Cananéia, Ubatuba, Ilha Comprida/Iguape e Praia Grande/São Vicente, apresentaram aumento significativo de preços, com variações expressivas em relação aos valores anteriormente praticados, indicando atualização relevante dos custos operacionais do setor;
- **Embarcações de médio porte** (aproximadamente 9 a 10 passageiros), utilizadas em operações costeiras e de apoio logístico, apresentaram variações moderadas, mantendo-se, em geral, dentro de padrões compatíveis com a realidade de mercado;
- **Embarcações de maior porte** (acima de 18 passageiros ou com estrutura ampliada), especialmente aquelas destinadas a transporte coletivo ou operações mais complexas, apresentaram comportamento mais estável, com casos pontuais de redução ou leve aumento, indicando maior equilíbrio concorrencial nesse segmento;
- As variações identificadas são influenciadas por fatores regionais e operacionais, tais como dificuldade de acesso, tipo de navegação exigida, disponibilidade local de embarcações e custos associados à manutenção, combustível e tripulação.

De modo geral, observa-se que os valores atuais refletem a dinâmica real do mercado, mantendo aderência aos parâmetros técnicos estabelecidos no Termo de Referência, especialmente no que se refere à prestação sob demanda, à inclusão de todos os custos operacionais e à necessidade de disponibilidade contínua, característica inerente às contratações por Ata de Registro de Preços.

Importante destacar que a contratação anterior não logrou êxito em sua execução por fatores relacionados ao fornecedor, não sendo indicativo de ausência de mercado ou inviabilidade do objeto. Ao contrário, o levantamento atual evidencia a existência de **mercado fornecedor ativo, competitivo e tecnicamente apto** à prestação dos serviços.

Dessa forma, conclui-se que os valores atualmente praticados são compatíveis com a realidade do setor, não sendo identificados indícios de sobrepreço, mas sim atualização e reequilíbrio dos custos, o que reforça a viabilidade da nova contratação, com aperfeiçoamentos na modelagem, especialmente quanto à estruturação dos lotes e aos mecanismos de garantia da execução.

## 6. Descrição da solução como um todo

A solução proposta consiste na contratação de empresa(s) especializada(s) na prestação de serviços de transporte fluvial e marítimo, com fornecimento de embarcações e tripulação, por meio de **Ata de Registro de Preços**, visando atender, de forma contínua e sob demanda, às necessidades operacionais da Fundação Florestal nas Unidades de Conservação costeiras e insulares.

A solução contempla a disponibilização de diferentes tipos de embarcações, com características técnicas compatíveis com as especificidades de cada localidade e tipo de operação, incluindo embarcações de pequeno, médio e grande porte, destinadas ao transporte de equipes técnicas, materiais, equipamentos e, quando aplicável, passageiros.

A contratação será estruturada em **grupos/lotes regionais**, considerando a distribuição geográfica das Unidades de Conservação e os respectivos pontos de embarque, de modo a garantir maior aderência às condições locais de operação, ampliar a competitividade e facilitar a execução contratual.

A execução dos serviços ocorrerá sob demanda, mediante emissão de Ordem de Serviço pela Contratante, contemplando:

- Disponibilização da embarcação em condições plenas de navegabilidade, segurança e operação;
- Fornecimento de tripulação devidamente habilitada;
- Execução das atividades de transporte conforme rotas, horários e condições previamente definidas;
- Inclusão de todos os insumos necessários à operação, tais como combustível, manutenção, equipamentos e suporte logístico.

A solução adotada considera o ciclo de vida do objeto, incluindo:

- **Mobilização:** disponibilização inicial das embarcações e organização da operação;
- **Operação:** execução contínua dos serviços sob demanda, com atendimento às ordens de serviço emitidas;
- **Manutenção:** realização de manutenções preventivas e corretivas, com substituição de embarcações quando necessário;
- **Desmobilização:** encerramento da prestação dos serviços ao término da vigência da ata e dos contratos dela decorrentes.

A modelagem por Ata de Registro de Preços foi escolhida por permitir maior flexibilidade na contratação, considerando a natureza variável e imprevisível das demandas, além de possibilitar a otimização de recursos públicos, evitando contratações desnecessárias e garantindo maior eficiência na gestão logística.

Adicionalmente, a solução incorpora requisitos técnicos, ambientais e operacionais que asseguram a adequada prestação dos serviços, incluindo conformidade com normas da Marinha do Brasil, adoção de boas práticas ambientais, garantia de segurança da navegação e manutenção da regularidade da tripulação e das embarcações.

Foram consideradas, ainda, alternativas à contratação, tais como a utilização de frota própria ou celebração de parcerias, as quais se mostraram menos vantajosas diante dos custos de aquisição, manutenção, gestão operacional e necessidade de flexibilidade e disponibilidade imediata dos serviços.

Dessa forma, a solução proposta se mostra a mais adequada para atender às demandas da Fundação Florestal, garantindo eficiência operacional, continuidade dos serviços e aderência às especificidades das áreas atendidas.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A estimativa das quantidades a serem contratadas foi definida com base no levantamento realizado junto às gestões das Unidades de Conservação, as quais indicaram suas necessidades operacionais para utilização em campo, considerando as especificidades locais, rotinas de trabalho e demandas institucionais.

Os quantitativos encontram-se devidamente detalhados no Termo de Referência, no qual estão consolidadas as informações encaminhadas pelas gestões, refletindo a real necessidade operacional para execução das atividades da Fundação Florestal.

Considerou-se, ainda, a segmentação por localidades, de modo a refletir as especificidades regionais de operação, pontos de embarque e características de navegação, garantindo maior aderência da contratação às necessidades reais da Fundação.

As quantidades foram estimadas em diárias, com caráter meramente estimativo, em consonância com o modelo de Ata de Registro de Preços, podendo variar conforme a demanda efetiva.

Ressalta-se que, por se tratar de contratação via Ata de Registro de Preços, os quantitativos possuem natureza estimativa, não gerando obrigação de contratação integral, sendo sua utilização condicionada à efetiva necessidade da Administração.

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 5.201.466,67

A estimativa do valor da presente contratação foi elaborada com base na planilha de levantamento de preços anexa a este Estudo Técnico Preliminar, elaborado através de pesquisa de mercado, a qual contempla valores atualizados de mercado para os diferentes tipos de embarcações e respectivas diárias, considerando as especificidades operacionais e regionais das Unidades de Conservação atendidas.

Com base nos quantitativos definidos pelas gestões das Unidades de Conservação e nos valores unitários apurados no levantamento de mercado, o valor total estimado da contratação perfaz o montante de **R\$ 5.201.466,67 (cinco milhões, duzentos e um mil, quatrocentos e sessenta e seis reais e sessenta e sete centavos)**.

Adicionalmente, foi considerado como parâmetro referencial o Documento de Formalização da Demanda – DFD nº 294/2025, que estimou o valor global da contratação em R\$ 3.544.390,61. Ressalta-se, contudo, que referido valor foi originalmente previsto para o acionamento das Atas de Registro de Preços anteriormente constituídas.

No cenário atual, considerando a necessidade de realização de nova contratação, com atualização dos preços de mercado e redefinição dos quantitativos, a estimativa foi reavaliada conforme os dados constantes da planilha anexa.

Importante destacar que, por se tratar de contratação por meio de Ata de Registro de Preços, o valor estimado possui caráter meramente referencial, não representando obrigação de empenho ou contratação integral por parte da Administração. A execução financeira ocorrerá de forma parcelada, conforme a necessidade operacional, mediante emissão de notas de empenho ao longo da vigência da ata, podendo o valor total não ser integralmente acionado em seu interregno.

Dessa forma, o valor estimado da contratação deve ser compreendido como limite máximo para fins de planejamento e reserva orçamentária, em consonância com os princípios da eficiência e da economicidade previstos na Lei nº 14.133/2021.

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Nos termos do art. 40, inciso V, alínea “b”, da Lei Federal nº 14.133/2021, a Administração deve avaliar a viabilidade do parcelamento do objeto, com vistas à ampliação da competitividade, à obtenção de melhores condições de contratação e à mitigação de riscos na execução contratual.

No caso da presente contratação, verificou-se que o objeto — prestação de serviços de transporte fluvial e marítimo, com fornecimento de embarcações e tripulação — comporta parcelamento técnico, especialmente em razão das especificidades regionais das Unidades de Conservação atendidas, das características distintas de navegação e dos diferentes tipos de embarcações demandadas.

A experiência decorrente da contratação anterior evidenciou que a excessiva concentração de grupos/lotes em um único fornecedor contribuiu para a descontinuidade parcial da execução contratual, o que reforça a necessidade de adoção de uma modelagem mais equilibrada.



Dessa forma, optou-se pelo parcelamento do objeto em grupos/lotas, estruturados por critérios geográficos e operacionais, de modo a:

- Ampliar a competitividade, possibilitando a participação de fornecedores regionais com atuação específica em determinadas localidades;
- Reduzir o risco de descontinuidade na prestação dos serviços, evitando a concentração excessiva em um único contratado;
- Garantir maior aderência técnica, considerando as particularidades de cada região, tais como condições de navegação, infraestrutura disponível e tipologia das embarcações;
- Favorecer a eficiência na execução contratual, permitindo maior especialização dos prestadores de serviço.

Ressalta-se que o parcelamento foi definido de forma a não comprometer a economia de escala, uma vez que os lotes foram estruturados com quantitativos suficientes para assegurar atratividade econômica aos licitantes, mantendo o equilíbrio entre competitividade e viabilidade operacional.

Adicionalmente, a adoção do Sistema de Registro de Preços reforça essa lógica, ao permitir a contratação conforme a necessidade, por meio de acionamentos independentes por lote/grupo, conferindo maior flexibilidade à Administração.

Assim, conclui-se que o parcelamento do objeto mostra-se técnica e economicamente viável, além de alinhado aos princípios da eficiência, da competitividade e da continuidade do serviço público, previstos na Lei nº 14.133/2021, configurando-se como a solução mais adequada para a presente contratação.

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não se aplica ao caso.

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A presente contratação encontra-se devidamente alinhada ao planejamento institucional da Fundação Florestal, estando fundamentada no Documento de Formalização da Demanda – DFD nº 294/2025, que identificou a necessidade de contratação de serviços de transporte fluvial e marítimo para atendimento das atividades operacionais das Unidades de Conservação costeiras e insulares.

Conforme registrado no referido DFD, a demanda está diretamente relacionada à execução das atribuições institucionais da Fundação, especialmente no que se refere às ações de fiscalização ambiental, monitoramento da biodiversidade, pesquisa científica, educação ambiental, manejo de recursos naturais e atendimento a emergências, atividades estas que dependem, de forma estruturante, de suporte logístico por vias aquáticas.

A contratação também se encontra alinhada ao planejamento estratégico e operacional da Fundação Florestal, uma vez que viabiliza a presença institucional contínua em áreas de difícil acesso, contribuindo diretamente para o cumprimento de suas competências legais e para a implementação de políticas públicas ambientais no âmbito das Unidades de Conservação.

Destaca-se, ainda, que a adoção do Sistema de Registro de Preços está em consonância com as diretrizes de planejamento da Administração Pública, por permitir maior flexibilidade na execução contratual, adequação às variações de demanda e otimização da gestão orçamentária, evitando contratações desnecessárias ou superdimensionadas.

Importante registrar que, embora o DFD nº 294/2025 tenha sido inicialmente elaborado com vistas ao acionamento das Atas de Registro de Preços anteriormente constituídas, a necessidade administrativa permanece atual e vigente, sendo a presente contratação uma evolução do planejamento originalmente estabelecido, com aprimoramentos decorrentes da experiência anterior e da reavaliação das necessidades pelas gestões das Unidades de Conservação.

Ademais, a contratação guarda compatibilidade com os instrumentos de planejamento orçamentário e administrativo, configurando-se como medida necessária para assegurar a continuidade dos serviços públicos essenciais desempenhados pela Fundação Florestal, em observância aos princípios da eficiência, do planejamento e do interesse público, previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.

Dessa forma, resta evidenciado o pleno alinhamento da presente contratação com o planejamento institucional, técnico e orçamentário da Fundação Florestal, constituindo-se em ação necessária, oportuna e devidamente justificada.

## 12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A presente contratação visa assegurar ganhos operacionais, institucionais e administrativos relevantes para a Fundação Florestal, contribuindo diretamente para o fortalecimento da atuação nas Unidades de Conservação costeiras e insulares.

Dentre os principais benefícios esperados, destacam-se:

- Garantia da continuidade dos serviços essenciais: viabilização do deslocamento regular e seguro das equipes técnicas, assegurando a execução ininterrupta das atividades institucionais em áreas de difícil acesso;
- Aumento da eficiência operacional: disponibilização de soluções logísticas adequadas às especificidades regionais, reduzindo tempo de deslocamento, otimizando rotinas de campo e ampliando a capacidade de resposta das equipes;

- Fortalecimento das ações de monitoramento ambiental: ampliação da presença institucional nas Unidades de Conservação, contribuindo para a proteção da biodiversidade e acompanhamento contínuo dos ecossistemas;
- Aprimoramento do suporte às atividades técnicas e científicas: viabilização de pesquisas, levantamentos de campo e ações de educação ambiental, com maior regularidade e segurança;
- Atendimento a situações emergenciais: garantia de meios adequados para resposta rápida a ocorrências ambientais, como acidentes, eventos climáticos extremos ou outras situações que demandem pronta atuação;
- Maior aderência às necessidades regionais: por meio da nova modelagem por grupos/lotas, permitindo contratação mais alinhada às realidades locais e às características de navegação de cada região;
- Redução de riscos de descontinuidade contratual: mitigação da concentração de serviços em um único fornecedor, aumentando a segurança na execução e a resiliência da contratação;
- Otimização da gestão orçamentária: utilização do Sistema de Registro de Preços, permitindo contratações sob demanda, evitando gastos desnecessários e promovendo maior eficiência na aplicação dos recursos públicos;
- Aumento da competitividade e da qualidade dos serviços: com a ampliação da participação de fornecedores e a adequação da modelagem contratual, incentivando melhores propostas e maior qualidade na prestação dos serviços.

Dessa forma, a contratação proposta contribuirá diretamente para o fortalecimento da capacidade operacional da Fundação Florestal, assegurando melhores condições para o cumprimento de suas atribuições legais e para a implementação das políticas públicas ambientais sob sua responsabilidade.

## 13. Providências a serem Adotadas

Para a adequada implementação da contratação, deverão ser adotadas as seguintes providências:

- Finalização e validação do ETP e do Termo de Referência, com alinhamento dos quantitativos e da modelagem por lotes;
- Verificação da disponibilidade orçamentária, considerando a natureza estimativa da Ata de Registro de Preços;
- Definição da estratégia de contratação, incluindo critérios de julgamento e habilitação;
- Realização do procedimento licitatório e formalização da Ata de Registro de Preços;
- Designação de gestores e fiscais para acompanhamento da execução;
- Orientação das Unidades de Conservação quanto ao acionamento da ata;
- Implementação de rotinas de fiscalização e gestão de riscos contratuais.

Tais providências visam assegurar a adequada execução do objeto, a mitigação de riscos e a continuidade dos serviços.

## 14. Possíveis Impactos Ambientais

A prestação dos serviços de transporte fluvial e marítimo poderá gerar impactos ambientais pontuais, inerentes à operação de embarcações, especialmente em áreas sensíveis sob gestão da Fundação Florestal.

Dentre os principais impactos potenciais, destacam-se:

- Emissão de poluentes atmosféricos decorrentes da queima de combustíveis;
- Risco de vazamento de óleo ou combustíveis, com possível contaminação da água;
- Geração de ruídos, com potencial interferência na fauna aquática;
- Possível perturbação de habitats naturais, especialmente em áreas de maior sensibilidade ecológica;
- Geração de resíduos durante a operação das embarcações.

Tais impactos são considerados controláveis e mitigáveis, desde que observadas as boas práticas operacionais e as exigências a serem estabelecidas no Termo de Referência, tais como:

- Manutenção adequada das embarcações e motores;
- Uso de equipamentos em conformidade com a legislação ambiental vigente;
- Adoção de medidas de prevenção a vazamentos e descarte irregular de resíduos;
- Respeito às normas de navegação em áreas protegidas;
- Orientação das equipes quanto às boas práticas ambientais.

Destaca-se que a contratação possui caráter instrumental à proteção ambiental, uma vez que viabiliza ações de fiscalização, monitoramento e conservação da biodiversidade, de modo que os benefícios ambientais decorrentes da atuação institucional superam os impactos operacionais identificados.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

A contratação mostra-se **tecnicamente, operacionalmente e economicamente viável**, considerando a necessidade contínua de suporte logístico para atuação da Fundação Florestal em Unidades de Conservação costeiras e insulares.

Há disponibilidade de fornecedores no mercado aptos à prestação dos serviços, conforme evidenciado no levantamento realizado e na experiência anterior da Administração. A adoção do Sistema de Registro de Preços confere maior eficiência na gestão dos recursos, permitindo contratações conforme a demanda.

A modelagem proposta, com segmentação por lotes, contribui para ampliar a competitividade e reduzir riscos de descontinuidade contratual.

Dessa forma, a contratação é necessária e adequada para assegurar a continuidade dos serviços e o cumprimento das atribuições institucionais, em consonância com a Lei nº 14.133 /2021.

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**VERIDIANNA BESSA PENHALBER**

Equipe de apoio



*Assinou eletronicamente em 21/04/2026 às 10:42:04.*